

**Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio
(Vers\u00e3o Consolidada)**

Incorpora as altera\u00e7\u00f5es introduzidas pela Portaria 249/2016 de 15 de setembro, pela Portaria 238/2017 de 28 de julho, pela Portaria 46/2018 de 12 de fevereiro, pela Portaria 214/2018 de 18 de julho, pela Portaria 303/2018 de 26 de novembro, pela Portaria 133/2019 de 9 de maio, pela Portaria 250/2019 de 8 de agosto, pela Portaria 338/2019 de 30 de setembro e pela Portaria 187/2021 de 7 de setembro

O Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, que estabeleceu o modelo de governa\u00e7\u00e3o dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), entre os quais se inclui o Fundo Europeu Agr\u00edcola e de Desenvolvimento Rural (FEADER), determinou a estrutura\u00e7\u00e3o operacional deste fundo em tr\u00eas programas de desenvolvimento rural (PDR), um para o continente, designado PDR 2020, outro para a Regi\u00e3o Aut\u00f3noma dos A\u00e7ores, designado PRORURAL+, e outro para a Regi\u00e3o Aut\u00f3noma da Madeira, designado PRODERAM 2020. O PDR 2020 foi aprovado formalmente pela Comiss\u00e3o Europeia atrav\u00e9s da Decis\u00e3o C (2014) 9896 final, de 12 de dezembro de 2014.

Na arquitetura do PDR 2020, a \u00e1rea relativa ao «Desenvolvimento local», correspondente \u00e0 abordagem LEADER, integra a a\u00e7\u00e3o n.º 10.2, «Implementa\u00e7\u00e3o das estrat\u00e9gias», que visa apoiar, em articula\u00e7\u00e3o com os demais FEEI, a execu\u00e7\u00e3o de estrat\u00e9gias locais integradas e multissetoriais de desenvolvimento local destinadas a territ\u00f3rios rurais sub-regionais espec\u00edficos, promovidas pelas comunidades locais, atrav\u00e9s de grupos de a\u00e7\u00e3o local, compostos por representantes dos interesses socioecon\u00f3micos locais, p\u00fablicos e privados, tendo em conta as necessidades e potencialidades locais, a inova\u00e7\u00e3o no contexto local, a liga\u00e7\u00e3o em rede e a coopera\u00e7\u00e3o.

Tendo sido selecionadas as estrat\u00e9gias de desenvolvimento local e reconhecidos os respetivos grupos de a\u00e7\u00e3o local atrav\u00e9s de pr\u00e9vio procedimento concursal, importa agora estabelecer as regras de aplica\u00e7\u00e3o dos apoios \u00e0 implementa\u00e7\u00e3o dessas estrat\u00e9gias.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, ao abrigo da al\u00ednea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, o seguinte:

CAP\u00cdTULO I

Disposi\u00e7\u00f5es gerais

Artigo 1.º

Objeto

A presente portaria estabelece o regime de aplica\u00e7\u00e3o da a\u00e7\u00e3o n.º 10.2, «Implementa\u00e7\u00e3o das estrat\u00e9gias», integrada na medida n.º 10, «LEADER», da \u00e1rea n.º 4 «Desenvolvimento local», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

Artigo 2.º

Tipologia de apoios

A ação «Implementação das estratégias», prevista na presente portaria compreende os seguintes apoios:

- a) Pequenos investimentos nas explorações agrícolas;
- b) Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas;
- c) Diversificação de atividades na exploração agrícola;
- d) Cadeias curtas e mercados locais;
- e) Promoção de produtos de qualidade locais;
- f) Renovação de aldeias.

Artigo 3.º

Área geográfica de aplicação

Os apoios previstos na presente portaria são aplicáveis na área geográfica correspondente aos territórios de intervenção dos grupos de ação local (GAL) reconhecidos no âmbito do procedimento de seleção de estratégias de desenvolvimento local, na vertente «Desenvolvimento Local de Base Comunitária Rural».

Artigo 4.º

Definições

Para efeitos da presente portaria, e para além das definições constantes do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, entende-se por:

- a) «Atividade agrícola», a produção, a criação ou o cultivo de produtos agrícolas, incluindo a colheita, a ordenha, a criação de animais e a detenção de animais para fins de produção;
- b) «Cadeias curtas de abastecimento agroalimentar», abreviadamente designadas cadeias curtas, os circuitos de abastecimento que não envolvam mais do que um intermediário entre o produtor e o consumidor, através de vendas de proximidade ou vendas à distância;
- c) «Candidatura em parceria», o conjunto de candidaturas apresentadas em simultâneo por cada uma das pessoas que tenham celebrado entre si um contrato de parceria;
- d) «Capacidade profissional adequada», as competências do responsável pela operação para o exercício da atividade económica a desenvolver, reconhecidas através das habilitações escolares, certificados de formação ou experiência profissional;
- e) «Contrato de parceria», o documento de constituição de uma parceria com ou sem personalidade jurídica, por via do qual entidades públicas e ou privadas se obrigam a assegurar o desenvolvimento de atividades tendentes à satisfação de necessidades comuns e no qual se encontram estabelecidos os objetivos dessa parceria e as obrigações, deveres e responsabilidades dos seus membros, bem como a designação da entidade coordenadora;
- f) «Criação líquida de postos de trabalho», o aumento líquido do número de trabalhadores a tempo inteiro, correspondente a 1800 h/ano, diretamente empregados na empresa, calculado pela diferença entre o número de trabalhadores da empresa no momento da apresentação do último pedido de pagamento e a média mensal do número de trabalhadores nos seis meses

anteriores à data de apresentação da candidatura, a demonstrar através dos mapas de remunerações da segurança social, e desde que reúna cumulativamente as seguintes condições:

- i) Ter por base a celebração de contrato de trabalho escrito entre a empresa beneficiária e o trabalhador;
 - ii) Os trabalhadores a contratar não terem tido vínculo laboral com a empresa beneficiária ou empresas parceiras ou associadas desta, durante os 12 meses anteriores à data de apresentação da candidatura;
 - iii) Não corresponder a postos de trabalho de gerentes, administradores e ou sócios da empresa beneficiária, com exceção do autoemprego criado por beneficiários das prestações de desemprego, ou de gerentes remunerados em empresas novas, desde que a primeira despesa ocorra até 3 meses após a data da sua constituição;
 - iv) Os postos de trabalho criados estarem diretamente associados ao desenvolvimento da operação objeto de apoio.
- g) «Empreendimentos de turismo no espaço rural» (TER), os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, preservando, recuperando e valorizando o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico dos respetivos locais e regiões onde se situam, através da reconstrução, reabilitação ou ampliação de construções existentes, de modo a ser assegurada a sua integração na envolvente, conforme definido no Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 15/2014, de 23 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro;
 - h) «Entidade coordenadora» (EC), a entidade que assegura a coordenação da parceria e da execução da operação, bem como a articulação entre as entidades parceiras;
 - i) «Entidade gestora (EG)» o responsável administrativo e financeiro, selecionado pelos membros do GAL, com capacidade para administrar fundos públicos e garantir o seu funcionamento;
 - j) «Estratégia de desenvolvimento local (EDL)», o modelo de desenvolvimento para um território de intervenção, sustentado na participação dos agentes locais, com vista a dar resposta às suas necessidades através da valorização dos seus recursos endógenos, assente num conjunto de prioridades e objetivos fixados a partir de um diagnóstico, privilegiando uma abordagem integrada, inovadora e com efeitos multiplicadores;
 - k) «Estrutura técnica local (ETL)», a equipa técnica de apoio ao órgão de gestão do grupo de ação local;
 - l) «Exploração agrícola», o conjunto de unidades produtivas utilizadas para o exercício de atividades agrícolas, submetidas a uma gestão única, incluindo o assento de lavoura;
 - m) «Grupo de ação local (GAL)», a parceria formada por representantes locais dos sectores público e privado de um determinado território de intervenção, representativa das atividades socioeconómicas e com uma estratégia de desenvolvimento própria, denominada EDL, reconhecida para a vertente desenvolvimento local de base comunitária rural, no âmbito de prévio procedimento concursal;
 - n) «Membro do agregado familiar», a pessoa que vive em economia comum com o titular da exploração agrícola, ligados por relação familiar jurídica ou união de facto;
 - o) «Mercados locais», os espaços edificados, públicos ou privados, de acesso público, para venda de produtos locais agrícolas, agroalimentares e artesanais, com a atividade devidamente licenciada ou registada, incluindo os mercados de produtores regulados pelo Decreto-Lei n.º 85/2015, de 21 de maio, localizados no território de intervenção do respetivo GAL;
 - p) «Pontos de venda coletivos», os espaços comerciais ou inseridos em zonas comerciais, destinados à comercialização de produtos locais agrícolas e agroalimentares, localizados nos concelhos da área geográfica correspondente aos territórios de intervenção dos GAL, ou ainda, no caso de estruturas móveis, na área dos concelhos limítrofes;

- q) «Produtos agrícolas», os produtos abrangidos pelo anexo I do Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE), com exceção dos produtos da pesca e da aquicultura abrangidos pelo Regulamento (CE) n.º 1379/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro;
- r) «Produtos agroalimentares», os produtos alimentares resultantes da transformação de produtos agrícolas, cujo produto final resultante seja um produto agrícola;
- s) «Produção local», os produtos agrícolas ou agroalimentares, produzidos nos concelhos da área geográfica correspondente aos territórios de intervenção dos GAL, podendo abranger a área dos concelhos limítrofes;
- t) «Território de intervenção», o conjunto de freguesias aprovado no âmbito do reconhecimento dos GAL;
- u) «Titular de exploração agrícola», o detentor, a qualquer título, do património fundiário necessário à produção de um ou vários produtos agrícolas, e gestor do aparelho produtivo;
- v) «Vendas de proximidade», as vendas efetuadas pelos produtores agrícolas ou agroalimentares ao consumidor, diretamente ou através de um único intermediário, em que se incluem, designadamente, as vendas realizadas em mercados locais, feiras de produtos locais, pontos de venda coletivos, e as vendas para entidades coletivas de direito público ou privado, como sejam as cantinas de escolas, dos hospitais e das instituições particulares de solidariedade social;
- w) «Membro de agrupamento ou organização de produtores reconhecidos», a pessoa singular ou coletiva associada da entidade reconhecida como agrupamento ou organização de produtores ou, ainda, no caso do setor leiteiro, os associados de cooperativas associadas da entidade reconhecida;
- x) «Pontos específicos», os pontos destinados à concentração da entrega de produtos locais agrícolas e agroalimentares, sob a gestão de uma entidade diversa do consumidor final e que comprova a entrega, localizados nos concelhos da área geográfica correspondente aos territórios de intervenção do GAL, ou ainda, no caso de estruturas móveis, na área dos concelhos limítrofes e dos concelhos que integram a mesma comunidade intermunicipal.

Alterações

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 238/2017 - Diário da República n.º 145/2017, Série I de 2017-07-28, em vigor a partir de 2017-07-29

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 187/2021 - Diário da República n.º 174/2021, Série I de 2021-09-07, em vigor a partir de 2021-09-08

Artigo 5.º **Auxílios de Estado**

Os apoios previstos nos capítulos IV, V, VI e VII da presente portaria, respetivamente, «Diversificação de atividades na exploração agrícola», «Cadeias curtas e mercados locais», «Promoção de produtos de qualidade locais» e «Renovação de aldeias», são concedidos nas condições estabelecidas no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) aos auxílios de minimis.

CAPÍTULO II

«Pequenos investimentos nas explorações agrícolas»

Artigo 6.º

Objetivos

O apoio previsto no presente capítulo prossegue os seguintes objetivos:

- a) Promover a melhoria das condições de vida, de trabalho e de produção dos agricultores;

- b) Contribuir para o processo de modernização e de capacitação das empresas do setor agrícola.

Artigo 7.º

Beneficiários

Podem beneficiar do apoio previsto na presente portaria as pessoas singulares ou coletivas que exerçam atividade agrícola.

Artigo 8.º

Critérios de elegibilidade dos beneficiários

- 1 - Os candidatos ao apoio previsto no presente capítulo, além dos critérios de elegibilidade constantes do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, devem reunir as seguintes condições:
- a) Encontrarem-se legalmente constituídos;
 - b) Cumprirem as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, diretamente relacionadas com a natureza do investimento;
 - c) Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante a administração fiscal e a segurança social, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do presente artigo;
 - d) Terem a situação regularizada em matéria de reposições no âmbito do financiamento do FEADER ou do FEAGA, ou terem constituído garantia a favor do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.);
 - e) Não terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvem disponibilidades financeiras no âmbito do FEADER e do FEAGA;
 - f) Deterem um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legislação em vigor;
 - g) Serem titulares da exploração agrícola e efetuarem o respetivo registo no Sistema de Identificação Parcelar (SIP);
 - h) Terem um volume de negócios ou de pagamentos diretos, cuja soma seja igual ou inferior a 100.000 euros, no ano anterior ao da apresentação de candidaturas;
 - i) (Revogado.)
 - j) (Revogado.)
- 2 - A condição referida na alínea c) do n.º 1 pode ser aferida até à data de apresentação do primeiro pedido de pagamento.
- 3 - Para efeitos do disposto na alínea h) do n.º 1, consideram-se pagamentos diretos os previstos nas alíneas a) a e) do n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 57/2015, de 27 de fevereiro, na sua atual redação, nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 4.º do Despacho normativo n.º 2/2015, de 20 de janeiro, na sua atual redação, e nas alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 3.º do Despacho normativo n.º 14/2014, de 29 de outubro, na sua atual redação.
- 4 - O disposto na alínea h) do n.º 1 do presente artigo, não é aplicável às candidaturas com investimentos em explorações agrícolas abrangidas por fenómenos de seca.

Alterações

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 338/2019 - Diário da República n.º 187/2019, Série I de 2019-09-30, em vigor a partir de 2019-10-01

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 238/2017 - Diário da República n.º 145/2017, Série I de 2017-07-28, em vigor a partir de 2017-07-29

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 187/2021 - Diário da República n.º 174/2021, Série I de 2021-09-07, em vigor a partir de 2021-09-08

Artigo 9.º

Cr\u00edterios de elegibilidade das opera\u00e7\u00f5es

Podem beneficiar do apoio previsto no presente cap\u00edtulo os projetos de investimento que se enquadrem nos objetivos previstos no artigo 6.º e que re\u00fanam as seguintes condi\u00e7\u00f5es:

- a) Tenham um custo total eleg\u00edvel, apurado em sede de an\u00e1lise, igual ou superior a 100 euros e inferior ou igual a 50.000 euros;
- b) Incidam na \u00e1rea geogr\u00e1fica correspondente ao territ\u00f3rio de interven\u00e7\u00e3o do GAL;
- c) Tenham in\u00edcio ap\u00f3s a data da apresenta\u00e7\u00e3o da candidatura, ou em data posterior a definir no an\u00fancio de apresenta\u00e7\u00e3o de candidaturas;
- d) Apresentem coer\u00eancia t\u00e9cnica;
- e) Cumpram as disposi\u00e7\u00f5es legais aplic\u00e1veis aos investimentos propostos, designadamente em mat\u00e9ria de licenciamento.

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 250/2019 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 151/2019, S\u00e9rie I de 2019-08-08, em vigor a partir de 2019-08-09, produz efeitos a partir de 2019-05-09

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 238/2017 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 145/2017, S\u00e9rie I de 2017-07-28, em vigor a partir de 2017-07-29

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 187/2021 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 174/2021, S\u00e9rie I de 2021-09-07, em vigor a partir de 2021-09-08

Artigo 10.º

Despesas eleg\u00edveis e n\u00e3o eleg\u00edveis

As despesas eleg\u00edveis e n\u00e3o eleg\u00edveis s\u00e3o, designadamente, as constantes do anexo I da presente portaria, da qual faz parte integrante.

Artigo 11.º

Cr\u00edterios de sele\u00e7\u00e3o das candidaturas

- 1 - Para efeito de sele\u00e7\u00e3o de candidaturas ao apoio previsto no presente cap\u00edtulo, s\u00e3o considerados, designadamente, os seguintes cr\u00edterios:
 - a) Candidatura apresentada por membro de agrupamento ou organiza\u00e7\u00e3o de produtores reconhecidos no sector do investimento;
 - b) Candidatura apresentada por jovem agricultor em primeira instala\u00e7\u00e3o;
 - c) Candidatura com investimento em melhoramentos fundi\u00e1rios e planta\u00e7\u00f5es;
 - d) Candidatura com investimento relacionado com prote\u00e7\u00e3o e utiliza\u00e7\u00e3o eficiente dos recursos;
 - e) N\u00edvel de contribui\u00e7\u00e3o da candidatura para os objetivos da EDL;
 - f) Montante de pagamentos diretos recebidos pelo benefici\u00e1rio, no ano anterior ao da candidatura;
 - g) Candidatura apresentada por pessoa singular ou coletiva reconhecida com o estatuto de agricultor familiar ou de jovem empres\u00e1rio rural;
 - h) Explora\u00e7\u00e3o com certifica\u00e7\u00e3o e sob controlo em modo de produ\u00e7\u00e3o biol\u00f3gico.

- 2 - A hierarquiza\u00e7\u00e3o dos crit\u00e9rios constantes do n\u00famero anterior, bem como os respetivos fatores, f\u00f3rmulas, pondera\u00e7\u00e3o e crit\u00e9rios de desempate, s\u00e3o definidos pelo GAL e divulgados no respetivo s\u00edtio da Internet e no portal do PDR 2020, em www.pdr-2020.pt, no respetivo an\u00fancio do per\u00edodo de apresenta\u00e7\u00e3o de candidaturas.
- 3 - Os crit\u00e9rios de sele\u00e7\u00e3o s\u00e3o avaliados com base em informa\u00e7\u00e3o dispon\u00edvel \u00e0 data de submiss\u00e3o da candidatura, podendo o aviso de abertura definir momento distinto.

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 133/2019 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 89/2019, S\u00e9rie I de 2019-05-09, em vigor a partir de 2019-05-10

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 238/2017 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 145/2017, S\u00e9rie I de 2017-07-28, em vigor a partir de 2017-07-29

Artigo 12.º

Forma, n\u00edveis e limite do apoio

- 1 - O apoio previsto no presente cap\u00edtulo reveste a forma de subven\u00e7\u00e3o n\u00e3o reembols\u00e1vel, podendo assumir as modalidades previstas nas al\u00edneas c) a e) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, caso seja definido em Orienta\u00e7\u00e3o T\u00e9cnica Espec\u00edfica (OTE).
- 2 - Os n\u00edveis de apoio a conceder constam do anexo II da presente portaria, da qual faz parte integrante.
- 3 - (Revogado.)

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 187/2021 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 174/2021, S\u00e9rie I de 2021-09-07, em vigor a partir de 2021-09-08

CAP\u00cdTULO III

«Pequenos investimentos na transforma\u00e7\u00e3o e comercializa\u00e7\u00e3o de produtos agr\u00edcolas»

Artigo 13.º

Objetivos

Os apoios previstos no presente cap\u00edtulo visam contribuir para o processo de moderniza\u00e7\u00e3o e capacita\u00e7\u00e3o das empresas de transforma\u00e7\u00e3o e de comercializa\u00e7\u00e3o de produtos agr\u00edcolas.

Artigo 14.º

Benefici\u00e1rios

Podem beneficiar dos apoios previstos no presente cap\u00edtulo as pessoas singulares ou coletivas que se dediquem \u00e0 transforma\u00e7\u00e3o ou comercializa\u00e7\u00e3o de produtos agr\u00edcolas.

Artigo 15.º

Crit\u00e9rios de elegibilidade dos benefici\u00e1rios

- 1 - Os candidatos aos apoios previstos no presente cap\u00edtulo, al\u00e9m dos crit\u00e9rios de elegibilidade constantes do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, devem reunir as seguintes condi\u00e7\u00f5es:
 - a) Encontrarem-se legalmente constitu\u00eddos;

- b) Cumprirem as condi\u00e7\u00f5es legais necess\u00e1rias ao exerc\u00edcio da respetiva atividade, diretamente relacionadas com a natureza do investimento;
 - c) Terem a situa\u00e7\u00e3o tribut\u00e1ria e contributiva regularizada perante a administra\u00e7\u00e3o fiscal e a seguran\u00e7a social, sem preju\u00edzo do disposto no n.º 2;
 - d) Terem a situa\u00e7\u00e3o regularizada em mat\u00e9ria de reposi\u00e7\u00f5es no \u00e2mbito do financiamento do FEADER ou do FEAGA, ou terem constitu\u00eddo garantia a favor do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.);
 - e) N\u00e3o terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvem disponibilidades financeiras no \u00e2mbito do FEADER e do FEAGA;
 - f) Deterem um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legisla\u00e7\u00e3o em vigor;
 - g) Possu\u00edrem situa\u00e7\u00e3o econ\u00f3mica e financeira equilibrada, com uma autonomia financeira (AF) pr\u00e9-projeto igual ou superior a 20 %, devendo o indicador utilizado ter por base o exerc\u00edcio anterior ao ano da apresenta\u00e7\u00e3o da candidatura;
 - h) Obrigarem-se a que o montante dos suprimentos ou empr\u00e9stimos de s\u00f3cios ou acionistas, que contribuam para garantir o indicador referido na al\u00ednea anterior, seja integrado em capitais pr\u00f3prios, at\u00e9 \u00e0 data de aceita\u00e7\u00e3o da concess\u00e3o do apoio.
- 2 - A condi\u00e7\u00e3o referida na al\u00ednea c) do n\u00famero anterior pode ser aferida at\u00e9 \u00e0 data de apresenta\u00e7\u00e3o do primeiro pedido de pagamento.
- 3 - A condi\u00e7\u00e3o prevista na al\u00ednea f) do n.º 1 pode ser demonstrada at\u00e9 \u00e0 data de aceita\u00e7\u00e3o da concess\u00e3o do apoio, quando o candidato n\u00e3o tenha desenvolvido qualquer atividade.
- 4 - O indicador referido na al\u00ednea g) do n.º 1 pode ser comprovado com informa\u00e7\u00e3o mais recente, desde que se reporte a uma data anterior \u00e0 da apresenta\u00e7\u00e3o da candidatura, devendo para o efeito ser apresentados os respetivos balan\u00e7o intercalar e demonstra\u00e7\u00e3o de resultados devidamente certificados por um revisor oficial de contas.
- 5 - A disposi\u00e7\u00e3o da al\u00ednea g) do n.º 1 n\u00e3o se aplica aos candidatos que at\u00e9 \u00e0 data de apresenta\u00e7\u00e3o da candidatura n\u00e3o tenham desenvolvido qualquer atividade ou que detenham um regime de contabilidade simplificada, desde que suportem com capitais pr\u00f3prios pelo menos 25 % do custo total eleg\u00edvel do investimento.

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 238/2017 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 145/2017, S\u00e9rie I de 2017-07-28, em vigor a partir de 2017-07-29, produz efeitos a partir de 2016-05-26

Artigo 16.º

Cr\u00edterios de elegibilidade das opera\u00e7\u00f5es

- 1 - Podem beneficiar dos apoios previstos no presente cap\u00edtulo os projetos de investimento que se enquadrem nos objetivos previstos no artigo 13.º e que re\u00fanam as seguintes condi\u00e7\u00f5es:
- a) Incidam sobre a conserva\u00e7\u00e3o, prepara\u00e7\u00e3o e comercializa\u00e7\u00e3o ou transforma\u00e7\u00e3o de produtos agr\u00edcolas, cujo produto final resultante seja um produto agr\u00edcola;
 - b) Incidam na \u00e1rea geogr\u00e1fica correspondente ao territ\u00f3rio de interven\u00e7\u00e3o do GAL;
 - c) Tenham um custo total eleg\u00edvel, apurado em sede de an\u00e1lise, igual ou superior a 10.000 euros e inferior ou igual a 200.000 euros;
 - d) Contribuam para o desenvolvimento da produ\u00e7\u00e3o ou do valor acrescentado da produ\u00e7\u00e3o agr\u00edcola, com a devida demonstra\u00e7\u00e3o na mem\u00f3ria descritiva;

- e) Assegurem, quando aplic\u00e1vel, as fontes de financiamento de capital alheio;
 - f) Evidenciem viabilidade econ\u00f3mica e financeira, medida atrav\u00e9s do valor atualizado l\u00edquido (VAL), tendo a atualiza\u00e7\u00e3o como refer\u00eancia a taxa de refinanciamento (REFI) do Banco Central Europeu, em vigor \u00e0 data de submiss\u00e3o da candidatura;
 - g) Tenham in\u00edcio ap\u00f3s a data de apresenta\u00e7\u00e3o da candidatura;
 - h) Apresentem coer\u00eancia t\u00e9cnica, econ\u00f3mica e financeira;
 - i) Cumpram as disposi\u00e7\u00f5es legais aplic\u00e1veis aos investimentos propostos, designadamente em mat\u00e9ria de licenciamento.
- 2 - O m\u00e9todo de c\u00e1lculo dos indicadores de viabilidade econ\u00f3mica e financeira, incluindo o VAL quando aplic\u00e1vel, quantifica o m\u00e1ximo de 30 % dos custos inerentes \u00e0s seguintes componentes:
- a) Interven\u00e7\u00e3o de natureza ambiental;
 - b) Efici\u00eancia energ\u00e9tica;
 - c) Produ\u00e7\u00e3o de energias renov\u00e1veis.

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 187/2021 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 174/2021, S\u00e9rie I de 2021-09-07, em vigor a partir de 2021-09-08

Artigo 17.º

Despesas eleg\u00edveis e n\u00e3o eleg\u00edveis

As despesas eleg\u00edveis e n\u00e3o eleg\u00edveis s\u00e3o, designadamente, as constantes do anexo IV da presente portaria, da qual faz parte integrante.

Artigo 18.º

Cr\u00edterios de sele\u00e7\u00e3o das candidaturas

- 1 - Para efeitos de sele\u00e7\u00e3o de candidaturas aos apoios previstos no presente cap\u00edtulo, s\u00e3o considerados, designadamente, os seguintes cr\u00edterios:
- a) Candidatura apresentada por agrupamento ou organiza\u00e7\u00e3o de produtores reconhecidos no setor do investimento;
 - b) Cria\u00e7\u00e3o l\u00edquida de postos de trabalho;
 - c) Cria\u00e7\u00e3o de valor econ\u00f3mico;
 - d) N\u00edvel da contribui\u00e7\u00e3o da candidatura para os objetivos da EDL,
 - e) Candidatura apresentada por pessoa singular ou coletiva reconhecida com o estatuto de agricultor familiar ou de jovem empres\u00e1rio rural;
 - f) Operador submetido a Modo de Produ\u00e7\u00e3o Biol\u00f3gico.

- 2 - A hierarquização dos critérios constantes do número anterior, bem como os respetivos fatores, fórmulas, ponderação e critérios de desempate, são definidos pelo GAL e divulgados no respetivo sítio da Internet e no portal do PDR 2020, em www.pdr-2020.pt, no respetivo anúncio do período de apresentação de candidaturas.
- 3 - Os critérios de seleção são avaliados com base em informação disponível à data de submissão da candidatura, podendo o aviso de abertura definir momento distinto.

Alterações

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 133/2019 - Diário da República n.º 89/2019, Série I de 2019-05-09, em vigor a partir de 2019-05-10

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 238/2017 - Diário da República n.º 145/2017, Série I de 2017-07-28, em vigor a partir de 2017-07-29

Artigo 19.º

Forma, níveis e limite dos apoios

- 1 - O apoio previsto no presente capítulo reveste a forma de subvenção não reembolsável, podendo assumir as modalidades previstas nas alíneas c) a e) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual.
- 2 - Os níveis de apoio a conceder constam do anexo V da presente portaria, da qual faz parte integrante.
- 3 - (Revogado).

Alterações

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 187/2021 - Diário da República n.º 174/2021, Série I de 2021-09-07, em vigor a partir de 2021-09-08

CAPÍTULO IV

«Diversificação de atividades na exploração agrícola»

Artigo 20.º

Objetivos

O apoio previsto no presente capítulo prossegue os seguintes objetivos:

- a) Estimular o desenvolvimento, nas explorações agrícolas, de atividades que não sejam de produção, transformação ou comercialização de produtos agrícolas previstos no anexo I do TFUE, criando novas fontes de rendimento e de emprego;
- b) Contribuir diretamente para a manutenção ou melhoria do rendimento do agregado familiar, a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.

Artigo 21.º

Beneficiários

- 1 - Podem beneficiar do apoio previsto no presente capítulo as pessoas singulares ou pessoas coletivas que exerçam atividade agrícola.
- 2 - Podem igualmente beneficiar do presente apoio, os membros do agregado familiar das pessoas singulares referidas no n.º 1, ainda que não exerçam atividade agrícola.

Artigo 22.º

CrITÉRIOS de elegibilidade dos beneficiários

- 1 - Os candidatos ao apoio previsto no presente cap\u00edtulo, al\u00e9m dos crit\u00e9rios de elegibilidade constantes do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, devem reunir as seguintes condi\u00e7\u00f5es:
- a) Encontrarem-se legalmente constitu\u00eddos;
 - b) Cumprirem as condi\u00e7\u00f5es legais necess\u00e1rias ao exerc\u00edcio da respetiva atividade, diretamente relacionadas com a natureza do investimento;
 - c) Terem a situa\u00e7\u00e3o tribut\u00e1ria e contributiva regularizada perante a administra\u00e7\u00e3o fiscal e a seguran\u00e7a social, sem preju\u00edzo do disposto no n.º 2 do presente artigo;
 - d) Terem a situa\u00e7\u00e3o regularizada em mat\u00e9ria de reposi\u00e7\u00f5es no \u00e2mbito do financiamento do FEADER ou do FEAGA, ou terem constitu\u00eddo garantia a favor do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.);
 - e) N\u00e3o terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvem disponibilidades financeiras no \u00e2mbito do FEADER e do FEAGA;
 - f) Deterem um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legisla\u00e7\u00e3o em vigor;
 - g) Possu\u00edrem situa\u00e7\u00e3o econ\u00f3mica e financeira equilibrada, com uma autonomia financeira (AF) pr\u00e9-projecto igual ou superior a 20 %, devendo o indicador utilizado ter por base o exerc\u00edcio anterior ao ano da apresenta\u00e7\u00e3o da candidatura;
 - h) Obrigarem-se a que o montante dos suprimentos ou empr\u00e9stimos de s\u00f3cios ou acionistas, que contribuam para garantir o indicador referido na al\u00ednea anterior, seja integrado em capitais pr\u00f3prios, at\u00e9 \u00e0 data de aceita\u00e7\u00e3o da concess\u00e3o do apoio;
 - i) Serem titulares de uma explora\u00e7\u00e3o agr\u00edcola e efetuarem o respetivo registo no Sistema de Identifica\u00e7\u00e3o Parcelar ou, no caso dos membros do agregado familiar do titular da explora\u00e7\u00e3o, estarem legalmente autorizados a utilizar os meios de produ\u00e7\u00e3o da explora\u00e7\u00e3o agr\u00edcola diretamente relacionados com a opera\u00e7\u00e3o, durante um per\u00edodo de cinco anos a contar da data da aceita\u00e7\u00e3o da concess\u00e3o do apoio ou at\u00e9 \u00e0 data da conclus\u00e3o da opera\u00e7\u00e3o, quando este ultrapassar os cinco anos.
- 2 - A condi\u00e7\u00e3o prevista na al\u00ednea c) do n\u00famero anterior pode ser aferida at\u00e9 \u00e0 data de apresenta\u00e7\u00e3o do primeiro pedido de pagamento.
- 3 - A condi\u00e7\u00e3o prevista na al\u00ednea f) do n.º 1 pode ser demonstrada at\u00e9 \u00e0 data de aceita\u00e7\u00e3o da concess\u00e3o do apoio, quando o candidato n\u00e3o tenha desenvolvido qualquer atividade.
- 4 - O indicador referido na al\u00ednea g) do n.º 1 pode ser comprovado com informa\u00e7\u00e3o mais recente, desde que se reporte a uma data anterior \u00e0 da apresenta\u00e7\u00e3o da candidatura, devendo para o efeito ser apresentados os respetivos balan\u00e7o intercalar e demonstra\u00e7\u00e3o de resultados devidamente certificados por um revisor oficial de contas.
- 5 - A disposi\u00e7\u00e3o da al\u00ednea g) do n.º 1 n\u00e3o se aplica aos candidatos que at\u00e9 \u00e0 data de apresenta\u00e7\u00e3o da candidatura n\u00e3o tenham desenvolvido qualquer atividade ou que detenham um regime de contabilidade simplificada, desde que suportem com capitais pr\u00f3prios pelo menos 25 % do custo total eleg\u00edvel do investimento.

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 238/2017 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 145/2017, S\u00e9rie I de 2017-07-28, em vigor a partir de 2017-07-29, produz efeitos a partir de 2016-05-26

Artigo 23.º

Crit\u00e9rios de elegibilidade das opera\u00e7\u00f5es

- 1 - Podem beneficiar do apoio previsto no presente cap\u00edtulo as opera\u00e7\u00f5es que se enquadrem nos objetivos previstos no artigo 20.º e que re\u00fanam as seguintes condi\u00e7\u00f5es:
- a) Enquadrem-se nas atividades econ\u00f3micas constantes do anexo VI da presente portaria, da qual faz parte integrante, bem como noutras atividades econ\u00f3micas definidas pelos GAL, de acordo com as EDL aprovadas, a publicitar em cada an\u00fancio do per\u00edodo de apresenta\u00e7\u00e3o da candidatura;
 - b) Tenham um custo total eleg\u00edvel, apurado em sede de an\u00e1lise, igual ou superior a 10.000 euros e inferior ou igual a 200.000 euros;
 - c) Incidam na \u00e1rea geogr\u00e1fica correspondente ao territ\u00f3rio de interven\u00e7\u00e3o do GAL;
 - d) Sejam realizadas na explora\u00e7\u00e3o agr\u00edcola referida na sublinha i) do n.º 1 do artigo 22.º;
 - e) Assegurem, quando aplic\u00e1vel, as fontes de financiamento de capital alheio;
 - f) Evidenciem viabilidade econ\u00f3mica e financeira, medida atrav\u00e9s do valor atualizado l\u00edquido (VAL), tendo a atualiza\u00e7\u00e3o como refer\u00eancia a taxa de refinanciamento (REFI) do Banco Central Europeu, em vigor \u00e0 data de submiss\u00e3o da candidatura;
 - g) Tenham in\u00edcio ap\u00f3s a data de apresenta\u00e7\u00e3o da candidatura;
 - h) Apresentem coer\u00eancia t\u00e9cnica, econ\u00f3mica e financeira;
 - i) Cumpram as disposi\u00e7\u00f5es legais aplic\u00e1veis aos investimentos propostos, designadamente em mat\u00e9ria de licenciamento.
- 2 - O m\u00e9todo de c\u00e1lculo dos indicadores de viabilidade econ\u00f3mica e financeira, incluindo o VAL, quando aplic\u00e1vel, quantifica o m\u00e1ximo de 30 % dos custos inerentes \u00e0 componente efici\u00eancia energ\u00e9tica.

Artigo 24.º

Despesas eleg\u00edveis e n\u00e3o eleg\u00edveis

As despesas eleg\u00edveis e n\u00e3o eleg\u00edveis s\u00e3o, designadamente, as constantes do anexo VII da presente portaria, da qual faz parte integrante.

Artigo 25.º

Cr\u00edterios de sele\u00e7\u00e3o das candidaturas

- 1 - Para efeitos de sele\u00e7\u00e3o de candidaturas ao apoio previsto no presente cap\u00edtulo, s\u00e3o considerados, designadamente, os seguintes cr\u00edterios:
- a) Candidatura apresentada por jovem agricultor em primeira instala\u00e7\u00e3o;
 - b) Cria\u00e7\u00e3o l\u00edquida de postos de trabalho;
 - c) Candidatura com investimento relacionado com prote\u00e7\u00e3o e utiliza\u00e7\u00e3o eficiente dos recursos;
 - d) N\u00edvel de contribui\u00e7\u00e3o da candidatura para os objetivos da EDL;
 - e) Cria\u00e7\u00e3o de valor econ\u00f3mico;
 - f) Candidatura apresentada por pessoa singular ou coletiva reconhecida com o estatuto de agricultor familiar ou de jovem empres\u00e1rio rural.

- 2 - A hierarquiza\u00e7\u00e3o dos crit\u00e9rios constantes do n\u00famero anterior, bem como os respetivos fatores, f\u00f3rmulas, pondera\u00e7\u00e3o e crit\u00e9rios de desempate, s\u00e3o definidos pelo GAL e divulgados no respetivo s\u00edtio da Internet e no portal do PDR 2020, em www.pdr-2020.pt, no respetivo an\u00fancio do per\u00edodo de apresenta\u00e7\u00e3o de candidaturas.
- 3 - Os crit\u00e9rios de sele\u00e7\u00e3o s\u00e3o avaliados com base em informa\u00e7\u00e3o dispon\u00edvel \u00e0 data de submiss\u00e3o da candidatura, podendo o aviso de abertura definir momento distinto.

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 133/2019 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 89/2019, S\u00e9rie I de 2019-05-09, em vigor a partir de 2019-05-10

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 238/2017 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 145/2017, S\u00e9rie I de 2017-07-28, em vigor a partir de 2017-07-29

Artigo 26.º

Forma, n\u00edveis e limites do apoio

- 1 - Os apoios previstos no presente cap\u00edtulo revestem a forma de subven\u00e7\u00e3o n\u00e3o reembols\u00e1vel, podendo assumir as modalidades previstas nas al\u00edneas c) a e) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua reda\u00e7\u00e3o atual.
- 2 - Os n\u00edveis de apoio a conceder constam do anexo VIII da presente portaria, da qual faz parte integrante.
- 3 - Sem preju\u00edzo do disposto no artigo 5.º, o limite m\u00e1ximo do apoio a conceder, por benefici\u00e1rio, \u00e9 de 200.000 euros durante o per\u00edodo de programa\u00e7\u00e3o.

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 187/2021 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 174/2021, S\u00e9rie I de 2021-09-07, em vigor a partir de 2021-09-08

CAP\u00cdTULO V

«Cadeias curtas e mercados locais»

Artigo 27.º

Objetivos

Os apoios previstos no presente cap\u00edtulo prosseguem os seguintes objetivos:

- a) Promover o contacto direto entre o produtor e o consumidor, contribuindo para o escoamento da produ\u00e7\u00e3o local, a preserva\u00e7\u00e3o dos produtos e especialidades locais, a diminui\u00e7\u00e3o do desperd\u00edcio alimentar, a melhoria da dieta alimentar atrav\u00e9s do acesso a produtos da \u00e9poca, frescos e de qualidade, bem como fomentando a confian\u00e7a entre produtor e consumidor;
- b) Incentivar pr\u00e1ticas culturais menos intensivas e ambientalmente sustent\u00e1veis, contribuindo para a diminui\u00e7\u00e3o da emiss\u00e3o de gases efeito de estufa atrav\u00e9s da redu\u00e7\u00e3o de custos de armazenamento, refrigera\u00e7\u00e3o e transporte dos produtos at\u00e9 aos centros de distribui\u00e7\u00e3o.

Artigo 28.º

Benefici\u00e1rios

- 1- Podem beneficiar do apoio previsto no presente cap\u00edtulo, no que respeita \u00e0 componente “mercados locais”, a t\u00edtulo individual ou em parceria, as seguintes entidades:

- a) GAL ou as Entidades Gestoras (EG) no caso de GAL sem personalidade jur\u00eddica;
 - b) Associa\u00e7\u00f5es constitu\u00eddas ao abrigo dos artigos 167.º e seguintes do C\u00f3digo Civil, cujo objeto social consista no desenvolvimento local;
 - c) Associa\u00e7\u00f5es, independentemente da sua forma jur\u00eddica, constitu\u00eddas por produtores agr\u00edcolas, incluindo os agrupamentos ou organiza\u00e7\u00f5es de produtores reconhecidos ao abrigo da Portaria n.º 169/2015, de 4 de junho;
 - d) Parcerias constitu\u00eddas por pessoas singulares ou coletivas;
 - e) Autarquias locais.
- 2- Podem beneficiar do apoio previsto no presente cap\u00edtulo, no que respeita \u00e0 componente «cadeias curtas», a t\u00edtulo individual ou em parceria, as pessoas singulares ou coletivas que sejam titulares de uma explora\u00e7\u00e3o agr\u00edcola e que tenham um volume de neg\u00f3cios ou de pagamentos diretos, cuja soma seja igual ou inferior a 100.000 euros, no ano anterior ao da apresenta\u00e7\u00e3o de candidaturas.
- 3- Podem ainda beneficiar do apoio previsto no presente cap\u00edtulo, no que respeita \u00e0 componente «cadeias curtas», a t\u00edtulo individual ou em parceria com titulares de explora\u00e7\u00f5es agr\u00edcolas referidos no n.º 2, as entidades previstas no n.º 1, para a adapta\u00e7\u00e3o e apetrechamento de espa\u00e7os para realiza\u00e7\u00e3o de pontos de entrega de produtos agr\u00edcolas.
- 4- Para efeitos do disposto no n.º 2, consideram -se pagamentos diretos os previstos nas al\u00edneas a) a e) do n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 57/2015, de 27 de fevereiro, na sua atual reda\u00e7\u00e3o, nas al\u00edneas a) e b) do n.º 1 do artigo 4.º do Despacho Normativo n.º 2/2015, de 20 de janeiro, na sua atual reda\u00e7\u00e3o, e nas al\u00edneas a) a c) do n.º 1 do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 14/2014, de 29 de outubro, na sua atual reda\u00e7\u00e3o.

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 187/2021 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 174/2021, S\u00e9rie I de 2021-09-07, em vigor a partir de 2021-09-08

Artigo 29.º

Cr\u00edterios de elegibilidade dos benefici\u00e1rios

- 1 - Os candidatos aos apoios previstos na presente portaria devem reunir as seguintes condi\u00e7\u00f5es:
- a) Encontrarem-se legalmente constitu\u00eddos;
 - b) Cumprirem as condi\u00e7\u00f5es legais necess\u00e1rias ao exerc\u00edcio da respetiva atividade, diretamente relacionadas com a natureza da opera\u00e7\u00e3o;
 - c) Terem a situa\u00e7\u00e3o tribut\u00e1ria e contributiva regularizada perante a administra\u00e7\u00e3o fiscal e a seguran\u00e7a social, sem preju\u00edzo do disposto no n.º 2 do presente artigo;
 - d) Terem a situa\u00e7\u00e3o regularizada em mat\u00e9ria de reposi\u00e7\u00f5es no \u00e2mbito do financiamento do FEADER ou do FEAGA, ou terem constitu\u00eddo garantia a favor do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.);
 - e) N\u00e3o terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvem disponibilidades financeiras no \u00e2mbito do FEADER e do FEAGA;
 - f) Deterem um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legisla\u00e7\u00e3o em vigor;
 - g) Possu\u00edrem situa\u00e7\u00e3o econ\u00f3mica e financeira equilibrada, quando aplic\u00e1vel.
- 2 - A condi\u00e7\u00e3o referida na al\u00ednea c) do n.º 1 pode ser aferida at\u00e9 \u00e0 data de apresenta\u00e7\u00e3o do primeiro pedido de pagamento.

- 3 - A condi\u00e7\u00e3o prevista na al\u00ednea f) do n.º 1 pode ser demonstrada at\u00e9 \u00e0 data de aceita\u00e7\u00e3o da concess\u00e3o do apoio, quando o candidato n\u00e3o tenha desenvolvido qualquer atividade.
- 4 - No caso de candidaturas em parceria, os candidatos devem reunir as condi\u00e7\u00f5es previstas nas al\u00edneas b) a e) e g) do n.º 1, bem como apresentar o respetivo contrato de parceria.

Artigo 30.º

Cr\u00edterios de elegibilidade das opera\u00e7\u00f5es

Podem beneficiar dos apoios previstos no presente cap\u00edtulo as opera\u00e7\u00f5es que se enquadrem nos objetivos previstos no artigo 27.º e que re\u00fanam as seguintes condi\u00e7\u00f5es:

- a) As opera\u00e7\u00f5es devem ser realizadas na \u00e1rea geogr\u00e1fica correspondente ao territ\u00f3rio de interven\u00e7\u00e3o do Grupo de A\u00e7\u00e3o Local (GAL), podendo ainda abranger a demais \u00e1rea geogr\u00e1fica respeitante aos concelhos desse territ\u00f3rio, aos concelhos lim\u00edtrofes e aos concelhos que integram a mesma comunidade intermunicipal, exceto quando respeitem a mercados locais e pontos de venda coletivos que se traduzam em estruturas fixas;
- b) Tenham um custo total eleg\u00edvel, apurado em sede de an\u00e1lise, igual ou superior a 500 euros e inferior ou igual a 50.000 euros, no caso da componente «cadeias curtas» e igual ou superior a 5.000 euros e igual ou inferior a 200.000 euros no caso da componente «mercados locais»;
- c) Se enquadrem na tipologia de a\u00e7\u00f5es prevista no artigo seguinte;
- d) Apresentem um plano investimento que identifique a \u00e1rea geogr\u00e1fica de incid\u00eancia e a modalidade de cadeias curtas, bem como as atividades a desenvolver, com especifica\u00e7\u00e3o dos resultados esperados, o or\u00e7amento e a calendariza\u00e7\u00e3o;
- e) Assegurem, quando aplic\u00e1vel, as fontes de financiamento de capital alheio;
- f) Tenham in\u00edcio ap\u00f3s a data de apresenta\u00e7\u00e3o da candidatura;
- g) Apresentem coer\u00eancia t\u00e9cnica, econ\u00f3mica e financeira;
- h) Cumpram as disposi\u00e7\u00f5es legais aplic\u00e1veis aos investimentos propostos, designadamente em mat\u00e9ria de licenciamento;
- i) No caso das autarquias locais, apresentem, \u00e0 data da submiss\u00e3o da candidatura, evid\u00eancia de registo do projeto nas Grandes Op\u00e7\u00f5es do Plano e Plano Plurianual de Investimentos, aprovados.

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 338/2019 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 187/2019, S\u00e9rie I de 2019-09-30, em vigor a partir de 2019-10-01

Artigo 31.º

Tipologia de a\u00e7\u00f5es

- 1 - Os apoios previstos no presente cap\u00edtulo, no que respeita \u00e0 componente «cadeias curtas», compreendem, designadamente, as seguintes a\u00e7\u00f5es:
 - a) Armazenamento, transporte e aquisi\u00e7\u00e3o de pequenas estruturas de venda;
 - b) A\u00e7\u00f5es de sensibiliza\u00e7\u00e3o e educa\u00e7\u00e3o para consumidores ou outro p\u00fablico-alvo;
 - c) Desenvolvimento de plataformas eletr\u00f3nicas e materiais promocionais;

- d) A\u00e7\u00f5es de promo\u00e7\u00e3o e sensibiliza\u00e7\u00e3o para a comercializa\u00e7\u00e3o de proximidade junto de n\u00facleos urbanos que permitam escoar e valorizar a produ\u00e7\u00e3o local;
 - e) Desloca\u00e7\u00f5es dos produtores aos mercados locais, entregas em pontos espec\u00edficos e a clientes finais e aquisi\u00e7\u00f5es de servi\u00e7os associadas;
 - f) Adapta\u00e7\u00e3o e apetrechamento de infraestruturas existentes, para pontos espec\u00edficos no \u00e2mbito de cadeias curtas.
- 2 - Os apoios previstos no presente cap\u00edtulo, no que respeita \u00e0 componente «mercados locais», compreendem, designadamente, as seguintes a\u00e7\u00f5es:
- a) Cria\u00e7\u00e3o, ou moderniza\u00e7\u00e3o de infraestruturas existentes de mercados locais;
 - b) A\u00e7\u00f5es de promo\u00e7\u00e3o e sensibiliza\u00e7\u00e3o para a comercializa\u00e7\u00e3o de proximidade que permitam escoar e valorizar a produ\u00e7\u00e3o local;
 - c) Armazenamento, transporte e aquisi\u00e7\u00e3o de pequenas estruturas de venda;
 - d) Desenvolvimento de plataformas eletr\u00f3nicas e materiais promocionais;
 - e) Cria\u00e7\u00e3o ou moderniza\u00e7\u00e3o de infraestruturas nos espa\u00e7os dos benefici\u00e1rios referidos na al\u00ednea c) do n.º 1 do artigo 28.º, associa\u00e7\u00f5es de produtores e cooperativas, tendo em vista o escoamento das produ\u00e7\u00f5es dos seus associados.

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 338/2019 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 187/2019, S\u00e9rie I de 2019-09-30, em vigor a partir de 2019-10-01

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 187/2021 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 174/2021, S\u00e9rie I de 2021-09-07, em vigor a partir de 2021-09-08

Artigo 32.º

Despesas eleg\u00edveis e n\u00e3o eleg\u00edveis

As despesas eleg\u00edveis e n\u00e3o eleg\u00edveis s\u00e3o, designadamente, as constantes do anexo IX \u00e0 presente portaria, da qual faz parte integrante.

Artigo 33.º

Cr\u00edterios de sele\u00e7\u00e3o de candidaturas

- 1 - Para efeito de sele\u00e7\u00e3o de candidaturas aos apoios previstos no presente cap\u00edtulo, s\u00e3o considerados, designadamente, os seguintes cr\u00edterios:
- a) Candidatura apresentada por agrupamento ou organiza\u00e7\u00e3o de produtores reconhecidos no sector do investimento;
 - b) Qualidade da parceria, que valoriza a abrang\u00eancia e a representatividade dos intervenientes da cadeia curta local e a representa\u00e7\u00e3o dos produtores na parceria;
 - c) N\u00famero de produtores participantes no projeto;
 - d) N\u00edvel de contribui\u00e7\u00e3o da candidatura para os objetivos da EDL;
 - e) Candidatura apresentada ou que inclu\u00e1 pessoas singulares ou coletivas reconhecidas com o estatuto de agricultor familiar ou de jovem empres\u00e1rio rural;
 - f) Explora\u00e7\u00e3o com certifica\u00e7\u00e3o e sob controlo em modo de produ\u00e7\u00e3o biol\u00f3gico.

- 2 - A hierarquização dos critérios constantes do número anterior, bem como os respetivos fatores, fórmulas, ponderação e critérios de desempate, são definidos pelo GAL e divulgados no respetivo sítio da Internet e no portal do PDR 2020, em www.pdr-2020.pt, no respetivo anúncio do período de apresentação de candidaturas.
- 3 - Os critérios de seleção são avaliados com base em informação disponível à data de submissão da candidatura, podendo o aviso de abertura definir momento distinto.

Alterações

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 133/2019 - Diário da República n.º 89/2019, Série I de 2019-05-09, em vigor a partir de 2019-05-10

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 238/2017 - Diário da República n.º 145/2017, Série I de 2017-07-28, em vigor a partir de 2017-07-29

Artigo 34.º

Forma, níveis e limite dos apoios

- 1 - Os apoios previstos no presente capítulo revestem a forma de subvenção não reembolsável, podendo assumir as modalidades previstas nas alíneas c) a e) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 17 de outubro, na sua redação atual.
- 2 - Os custos de deslocações aos mercados previstos no nº 14 do anexo IX, são custos simplificados na modalidade de tabela normalizada de custo unitário.
- 3 - O nível de apoio a conceder é de:
 - a) 50 % do investimento material elegível;
 - b) 80 % do investimento imaterial elegível, no qual se incluem as despesas definidas no n.º 14 do anexo IX.
- 4 - O montante máximo de apoio relativo a deslocações, por titular de uma exploração agrícola, no âmbito da operação, não pode exceder os 7.488 euros, durante a vigência do projeto, correspondente a um apoio de 48 euros por deslocação, considerando-se um dia de entregas equivalente a uma deslocação.
- 5 - Sem prejuízo do disposto no artigo 5.º, o limite máximo do apoio a conceder, por beneficiário, é de 200.000 euros, durante o período de programação.

Alterações

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 338/2019 - Diário da República n.º 187/2019, Série I de 2019-09-30, em vigor a partir de 2019-10-01

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 133/2019 - Diário da República n.º 89/2019, Série I de 2019-05-09, em vigor a partir de 2019-05-10

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 187/2021 - Diário da República n.º 174/2021, Série I de 2021-09-07, em vigor a partir de 2021-09-08

CAPÍTULO VI

«Promoção de produtos de qualidade locais»

Artigo 35.º

Objetivos

O apoio previsto no presente capítulo prossegue os seguintes objetivos:

- a) Apoiar o desenvolvimento de estratégias comerciais e de promoção que permitam incentivar o consumo de produtos abrangidos por regimes de qualidade;
- b) Promover a diferenciação e o posicionamento no mercado pela qualidade, utilizando o potencial de mercado associado.

Artigo 36.º

Benefici\u00e1rios

- 1 - Podem beneficiar dos apoios previstos na presente portaria, a t\u00edtulo individual ou em parceria, os agrupamentos de operadores que participem num dos seguintes regimes de qualidade em rela\u00e7\u00e3o a um determinado produto agr\u00edcola ou g\u00e9nero aliment\u00edcio:
 - a) Regulamento (UE) n.º 1151/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de novembro, relativo aos regimes de qualidade dos produtos agr\u00edcolas e g\u00e9neros aliment\u00edcios, incluindo, designadamente, as denomina\u00e7\u00f5es de origem protegidas (DOP), as indica\u00e7\u00f5es geogr\u00e1ficas protegidas (IGP) e as especialidades tradicionais garantidas (ETG);
 - b) Regulamento (CE) n.º 834/2007, do Conselho, de 28 de julho, e Regulamento (CE) n.º 889/2008, da Comiss\u00e3o, de 5 de setembro, alterado, relativos \u00e0 produ\u00e7\u00e3o biol\u00f3gica e \u00e0 rotulagem de produtos biol\u00f3gicos;
 - c) Decreto-Lei n.º 256/2009, de 24 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 37/2013, de 13 de mar\u00e7o, no que respeita \u00e0 produ\u00e7\u00e3o integrada;
 - d) Regulamento (CE) n.º 110/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de janeiro, relativo \u00e0 defini\u00e7\u00e3o, designa\u00e7\u00e3o, apresenta\u00e7\u00e3o, rotulagem e prote\u00e7\u00e3o das indica\u00e7\u00f5es geogr\u00e1ficas das bebidas espirituosas, apenas no que respeita \u00e0s bebidas espirituosas n\u00e3o v\u00ednicas;
 - e) Outros regimes de qualidade reconhecidos a n\u00edvel nacional que cumpram os requisitos estabelecidos nas al\u00edneas b) ou c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 1305/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro.
- 2 - Para efeitos do disposto no n\u00famero anterior, consideram-se os seguintes agrupamentos de operadores:
 - a) Agrupamentos gestores dos produtos agr\u00edcolas e g\u00e9neros aliment\u00edcios abrangidos pelo regime referido na al\u00ednea a) do n\u00famero anterior;
 - b) Organiza\u00e7\u00f5es profissionais que exer\u00e7am atividades no \u00e2mbito destes regimes, desde que n\u00e3o representem setores de produtos agr\u00edcolas;
 - c) Organiza\u00e7\u00f5es interprofissionais que exer\u00e7am atividades no \u00e2mbito destes regimes.

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 214/2018 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 137/2018, S\u00e9rie I de 2018-07-18, em vigor a partir de 2018-07-19

Artigo 37.º

Cr\u00edterios de elegibilidade dos benefici\u00e1rios

- 1 - Os candidatos aos apoios previstos na presente portaria devem reunir as seguintes condi\u00e7\u00f5es:
 - a) Encontrarem-se legalmente constitu\u00eddos;
 - b) Cumprirem as condi\u00e7\u00f5es legais necess\u00e1rias ao exerc\u00edcio da respetiva atividade, diretamente relacionadas com a natureza da opera\u00e7\u00e3o;
 - c) Terem a situa\u00e7\u00e3o tribut\u00e1ria e contributiva regularizada perante a administra\u00e7\u00e3o fiscal e a seguran\u00e7a social, sem preju\u00edzo do disposto no n.º 2 do presente artigo;
 - d) Terem a situa\u00e7\u00e3o regularizada em mat\u00e9ria de reposi\u00e7\u00f5es no \u00e2mbito do financiamento do FEADER ou do FEAGA, ou terem constitu\u00eddo garantia a favor do IFAP, I. P.;

- e) N\u00e3o terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvem disponibilidades financeiras no \u00e2mbito do FEADER e do FEAGA;
 - f) Deterem um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legisla\u00e7\u00e3o em vigor;
 - g) Integrarem, pelo menos, um produtor que tenha aderido a um dos regimes de qualidade previstos no n.º 1 do artigo 36.º a t\u00edtulo de um produto agr\u00edcola ou g\u00e9nero aliment\u00edcio espec\u00edfico abrangido por esse regime a partir de 1 de janeiro de 2014.
- 2 - A condi\u00e7\u00e3o referida na al\u00ednea c) do n.º 1 pode ser aferida at\u00e9 \u00e0 data de apresenta\u00e7\u00e3o do primeiro pedido de pagamento.
- 3 - A condi\u00e7\u00e3o prevista na al\u00ednea f) do n.º 1 pode ser demonstrada at\u00e9 \u00e0 data de aceita\u00e7\u00e3o da concess\u00e3o do apoio, quando o candidato n\u00e3o tenha desenvolvido qualquer atividade.
- 4 - No caso de candidaturas em parceria, os candidatos devem reunir as condi\u00e7\u00f5es previstas nas al\u00edneas b) a e) do n.º 1, bem como apresentar o respetivo contrato de parceria.

Artigo 38.º

Cr\u00edterios de elegibilidade das opera\u00e7\u00f5es

- 1 - Podem beneficiar do apoio previsto no presente cap\u00edtulo as opera\u00e7\u00f5es que se enquadrem nos objetivos previstos no artigo 35.º e que re\u00fanam as seguintes condi\u00e7\u00f5es:
- a) Tenham um custo total eleg\u00edvel, apurado em sede de an\u00e1lise, igual ou superior a 5.000 euros e inferior ou igual a 200.000 euros, ou a 400.000 euros no caso de candidaturas apresentadas por parcerias de agrupamentos de operadores que abranjam um m\u00ednimo de tr\u00eas produtos agr\u00edcolas ou g\u00e9neros aliment\u00edcios, bem como no caso de promo\u00e7\u00e3o de produtos agr\u00edcolas ou g\u00e9neros aliment\u00edcios qualificados a partir de 1 de janeiro de 2014;
 - b) Enquadrarem-se na tipologia de a\u00e7\u00f5es prevista no artigo seguinte;
 - c) Assegurem, quando aplic\u00e1vel, as fontes de financiamento de capital alheio;
 - d) Tenham in\u00edcio ap\u00f3s a data de apresenta\u00e7\u00e3o da candidatura;
 - e) Incluam um plano de a\u00e7\u00e3o, do qual conste:
 - i) Caracteriza\u00e7\u00e3o do produto agr\u00edcola ou g\u00e9nero aliment\u00edcio e do segmento do mercado em causa e a estrutura de distribui\u00e7\u00e3o, incluindo, nomeadamente, informa\u00e7\u00e3o sobre a produ\u00e7\u00e3o de anos anteriores, expressos em volume e valor de fatura\u00e7\u00e3o;
 - ii) Defini\u00e7\u00e3o da estrat\u00e9gia de posicionamento no mercado ou segmento de mercado;
 - iii) Identifica\u00e7\u00e3o das a\u00e7\u00f5es propostas, objetivos e metas a atingir, com a respetiva fundamenta\u00e7\u00e3o, designadamente no que respeita ao volume de produto comercializado e ao valor de fatura\u00e7\u00e3o esperado;
 - iv) Calendariza\u00e7\u00e3o e or\u00e7amenta\u00e7\u00e3o previsionais, anualizadas, das a\u00e7\u00f5es previstas.

Artigo 39.º

Tipologia de a\u00e7\u00f5es

- 1 - O apoio previsto no presente cap\u00edtulo compreende, designadamente, as seguintes a\u00e7\u00f5es:
- a) Estudos ou pesquisas de mercado, com vista \u00e0 defini\u00e7\u00e3o de posicionamento do produto num dado mercado;

- b) Elabora\u00e7\u00e3o e implementa\u00e7\u00e3o de planos de comercializa\u00e7\u00e3o ou marketing-mix, incluindo a\u00e7\u00f5es de promo\u00e7\u00e3o fundamentadas nestes planos;
 - c) Estudos de controlo e avalia\u00e7\u00e3o da implementa\u00e7\u00e3o do plano de a\u00e7\u00e3o;
 - d) Estudos de caracteriza\u00e7\u00e3o da especificidade e qualidade do produto e elabora\u00e7\u00e3o de estrat\u00e9gias de adequa\u00e7\u00e3o ao mercado.
- 2 - As a\u00e7\u00f5es referidas no presente cap\u00edtulo est\u00e3o limitadas ao mercado interno da Uni\u00e3o Europeia e n\u00e3o podem ser dirigidas preferencial ou exclusivamente a marcas comerciais.
- 3 - N\u00e3o podem ser objeto de financiamento no \u00e2mbito do presente cap\u00edtulo as a\u00e7\u00f5es relativas a promo\u00e7\u00e3o gen\u00e9rica de consumo ou de informa\u00e7\u00e3o ao consumidor que tenham sido aprovadas para efeitos de apoio ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 3/2008, do Conselho, de 17 de dezembro de 2007, ou do Regulamento (UE) n.º 1144/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, do regime de aplica\u00e7\u00e3o da a\u00e7\u00e3o n.º 5.2, «Organiza\u00e7\u00f5es interprofissionais», integrada na medida 5, «Organiza\u00e7\u00e3o da produ\u00e7\u00e3o», do PDR 2020, aprovada pela Portaria n.º 402/2015, de 9 de novembro, ou no \u00e2mbito do Sistema de Apoio a A\u00e7\u00f5es Coletivas integrado no Programa Operacional da Competitividade e Internacionaliza\u00e7\u00e3o.

Artigo 40.º

Despesas eleg\u00edveis e n\u00e3o eleg\u00edveis

As despesas eleg\u00edveis e n\u00e3o eleg\u00edveis s\u00e3o, designadamente, as constantes do anexo X da presente portaria, da qual faz parte integrante.

Artigo 41.º

Cr\u00edterios de sele\u00e7\u00e3o de candidaturas

- 1 - Para efeitos de sele\u00e7\u00e3o de candidaturas ao apoio previsto no presente cap\u00edtulo, s\u00e3o considerados, designadamente, os seguintes cr\u00edterios:
- a) Qualidade do plano de a\u00e7\u00e3o;
 - b) N\u00edvel de contribui\u00e7\u00e3o da candidatura para os objetivos da EDL.
- 2 - A hierarquiza\u00e7\u00e3o dos cr\u00edterios constantes do n\u00famero anterior, bem como os respetivos fatores, f\u00f3rmulas, pondera\u00e7\u00e3o e cr\u00edterios de desempate, s\u00e3o definidos pelo GAL e divulgados no respetivo s\u00edtio da Internet e no portal do PDR 2020, em www.pdr-2020.pt, no respetivo an\u00fancio do per\u00edodo de apresenta\u00e7\u00e3o de candidaturas.
- 3 - Os cr\u00edterios de sele\u00e7\u00e3o s\u00e3o avaliados com base em informa\u00e7\u00e3o dispon\u00edvel \u00e0 data de submiss\u00e3o da candidatura, podendo o aviso de abertura definir momento distinto.

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 238/2017 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 145/2017, S\u00e9rie I de 2017-07-28, em vigor a partir de 2017-07-29

Artigo 42.º

Forma, n\u00edvel e limite do apoio

- 1 - O apoio previsto no presente cap\u00edtulo reveste a forma de subven\u00e7\u00e3o n\u00e3o reembols\u00e1vel.
- 2 - O n\u00edvel de apoio a conceder \u00e9 de 70 % do investimento total eleg\u00edvel.

3 - Sem prejuízo do disposto no artigo 5.º, o limite máximo do apoio a conceder, por beneficiário, durante o período de programação, é de 200.000 euros.

Alterações

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 133/2019 - Diário da República n.º 89/2019, Série I de 2019-05-09, em vigor a partir de 2019-05-10

CAPÍTULO VII

«Renovação de aldeias»

Artigo 43.º

Objetivos

1 - O apoio previsto no presente capítulo visa:

- a) A preservação, a conservação e a valorização dos elementos patrimoniais locais, paisagísticos e ambientais, bem como dos elementos que constituem o património imaterial de natureza cultural e social dos territórios;
- b) A criação ou melhoria de infraestruturas de coletividades locais, onde as populações possam desenvolver atividades culturais, desportivas, bem como atividades de empreendedorismo social de base comunitária.

2 - Para os efeitos do disposto na alínea b) do número anterior, entende-se por empreendedorismo social de base comunitária o processo de desenvolver e implementar soluções sustentáveis para problemas dos territórios rurais, por parte de entidades privadas sem fins lucrativos, que visam satisfazer necessidades das populações, sem carácter de resposta social tipificada pelos apoios das áreas governativas da Segurança Social ou da Saúde.

Alterações

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 133/2019 - Diário da República n.º 89/2019, Série I de 2019-05-09, em vigor a partir de 2019-05-10

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 187/2021 - Diário da República n.º 174/2021, Série I de 2021-09-07, em vigor a partir de 2021-09-08

Artigo 44.º

Beneficiários

Podem beneficiar do apoio previsto no presente capítulo, a título individual ou em parceria, as seguintes entidades:

- a) Pessoas singulares ou coletivas de direito privado;
- b) Autarquias locais e suas associações;
- c) Outras pessoas coletivas públicas;
- d) GAL ou as EG, no caso dos GAL sem personalidade jurídica.

Artigo 45.º

Critérios de elegibilidade dos beneficiários

1 - Os candidatos ao apoio previsto no presente capítulo, além dos critérios de elegibilidade constantes do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, devem reunir as seguintes condições:

- a) Encontrarem-se legalmente constituídos;

- b) Cumprirem as condi\u00e7\u00f5es legais necess\u00e1rias ao exerc\u00edcio da respetiva atividade, diretamente relacionadas com a natureza do investimento;
 - c) Terem a situa\u00e7\u00e3o tribut\u00e1ria e contributiva regularizada perante a administra\u00e7\u00e3o fiscal e a seguran\u00e7a social, sem preju\u00edzo do disposto no n.º 2 do presente artigo;
 - d) Terem a situa\u00e7\u00e3o regularizada em mat\u00e9ria de reposi\u00e7\u00f5es no \u00e2mbito do financiamento do FEADER ou do FEAGA, ou terem constitu\u00eddo garantia a favor do IFAP, I. P.;
 - e) N\u00e3o terem sido condenados em processo-crime por factos que envolvem disponibilidades financeiras no \u00e2mbito do FEADER e do FEAGA;
 - f) Deterem um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legisla\u00e7\u00e3o em vigor;
 - g) No caso de pessoas coletivas de direito privado com fins lucrativos, poss\u00fam uma situa\u00e7\u00e3o econ\u00f3mica e financeira equilibrada com uma autonomia financeira (AF), pr\u00e9-projeto de 20 %, devendo o indicador pr\u00e9-projeto ter por base o exerc\u00edcio anterior ao do ano da apresenta\u00e7\u00e3o do pedido de apoio;
 - h) No caso previsto na al\u00ednea anterior, obrigarem-se a que o montante dos suprimentos ou empr\u00e9stimos de s\u00f3cios ou acionistas, que contribuam para garantir o indicador referido na al\u00ednea anterior, seja integrado com capitais pr\u00f3prios, at\u00e9 \u00e0 data de aceita\u00e7\u00e3o da concess\u00e3o do apoio;
 - i) No caso das associa\u00e7\u00f5es de direito privado, poss\u00fam uma situa\u00e7\u00e3o econ\u00f3mico-financeira equilibrada, medida atrav\u00e9s de uma situa\u00e7\u00e3o l\u00edquida positiva, comprovada atrav\u00e9s do balan\u00e7o referente ao final do exerc\u00edcio anterior ao da data da candidatura;
 - j) Serem detentores, a qualquer t\u00edtulo, do patrim\u00f3nio objeto da candidatura.
- 2 - A condi\u00e7\u00e3o referida na al\u00ednea c) do n.º 1 pode ser aferida at\u00e9 \u00e0 data de apresenta\u00e7\u00e3o do primeiro pedido de pagamento.
- 3 - O indicador referido na al\u00ednea g) do n.º 1 pode ser comprovado com uma informa\u00e7\u00e3o mais recente, desde que se reporte a uma data anterior \u00e0 da apresenta\u00e7\u00e3o da candidatura, devendo para o efeito ser apresentados os respetivos balan\u00e7o intercalar e demonstra\u00e7\u00e3o de resultados, devidamente certificados por um revisor oficial de contas.
- 4 - O disposto na al\u00ednea g) do n.º 1 n\u00e3o se aplica aos candidatos que, at\u00e9 \u00e0 data da apresenta\u00e7\u00e3o da candidatura, n\u00e3o tenham desenvolvido qualquer atividade, desde que se comprometam a suportar com capitais pr\u00f3prios pelo menos 20 % do custo total do investimento.
- 5 - No caso de candidaturas em parceria, deve ser apresentado o respetivo contrato, e os candidatos devem reunir as condi\u00e7\u00f5es previstas nas al\u00edneas b) a e) do n.º 1, e nas al\u00edneas g) a i) do n.º 1, quando aplic\u00e1veis, devendo ainda um dos candidatos cumprir o disposto na al\u00ednea j) do n.º 1 do presente artigo.

Artigo 46.º

Crit\u00e9rios de elegibilidade das opera\u00e7\u00f5es

Podem beneficiar do apoio previsto no presente cap\u00edtulo os projetos de investimento que re\u00fanam as seguintes condi\u00e7\u00f5es:

- a) Enquadrem-se nos objetivos previstos no artigo 43.º;
- b) Insiram-se na \u00e1rea de interven\u00e7\u00e3o dos territ\u00f3rios rurais abrangidos pela lista de freguesias prevista no PDR 2020 e publicitada no s\u00edtio da Internet do Gabinete de Planeamento, Pol\u00edticas e Administra\u00e7\u00e3o Geral, em www.gpp.pt;

- c) Tenham um custo total eleg\u00edvel, apurado em sede de an\u00e1lise, igual ou superior a 5.000 euros e inferior ou igual a 200.000 euros;
- d) Apresentarem um plano de interven\u00e7\u00e3o, do qual conste, relativamente ao patrim\u00f3nio objeto de interven\u00e7\u00e3o:
 - i) Enquadramento territorial da sua relev\u00e2ncia;
 - ii) Carateriza\u00e7\u00e3o da titularidade;
 - iii) Localiza\u00e7\u00e3o da \u00e1rea de interven\u00e7\u00e3o;
 - iv) Plano operacional no qual constem os objetivos, a interven\u00e7\u00e3o a realizar, a calendariza\u00e7\u00e3o, os recursos humanos, f\u00edsicos e financeiros a afetar, as atividades de dinamiza\u00e7\u00e3o e promo\u00e7\u00e3o e os meios de manuten\u00e7\u00e3o e sustentabilidade da interven\u00e7\u00e3o.
- e) Assegurem, quando aplic\u00e1vel, as fontes de financiamento de capital alheio;
- f) Apresentem sustentabilidade financeira adequada \u00e0 opera\u00e7\u00e3o para o per\u00edodo de tr\u00eas anos ap\u00f3s a sua conclus\u00e3o;
- g) Tenham in\u00edcio ap\u00f3s a data de apresenta\u00e7\u00e3o da candidatura;
- h) Cumpram as disposi\u00e7\u00f5es legais aplic\u00e1veis aos investimentos propostos, designadamente em mat\u00e9ria de licenciamento;
- i) Terem reconhecido interesse para as popula\u00e7\u00f5es ou para a economia local, certificado pela entidade competente identificada em OTE, tendo em conta a estrat\u00e9gia de desenvolvimento local;
- j) No caso das autarquias locais, apresentem, \u00e0 data da submiss\u00e3o da candidatura, evid\u00eancia de registo do projeto nas Grandes Op\u00e7\u00f5es do Plano e Plano Plurianual de Investimentos, aprovados.

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 238/2017 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 145/2017, S\u00e9rie I de 2017-07-28, em vigor a partir de 2017-07-29

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 187/2021 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 174/2021, S\u00e9rie I de 2021-09-07, em vigor a partir de 2021-09-08

Artigo 47.º

Despesas eleg\u00edveis e n\u00e3o eleg\u00edveis

As despesas eleg\u00edveis e n\u00e3o eleg\u00edveis s\u00e3o, designadamente, as constantes do anexo XI da presente portaria, da qual faz parte integrante.

Artigo 48.º

Cr\u00edterios de sele\u00e7\u00e3o de candidaturas

- 1 - Para efeito de sele\u00e7\u00e3o de candidaturas ao apoio previsto no presente cap\u00edtulo, s\u00e3o considerados, designadamente, os seguintes cr\u00edterios:
 - a) Candidatura com investimento relacionado com prote\u00e7\u00e3o e utiliza\u00e7\u00e3o eficiente dos recursos;
 - b) Candidatura com investimento que capitalize valor hist\u00f3rico, econ\u00f3mico ou social;
 - c) N\u00edvel de contribui\u00e7\u00e3o da candidatura para os objetivos da EDL.

- 2 - A hierarquiza\u00e7\u00e3o dos crit\u00e9rios constantes do n\u00famero anterior, bem como os respetivos fatores, f\u00f3rmulas, pondera\u00e7\u00e3o e crit\u00e9rios de desempate, s\u00e3o definidos pelo GAL e divulgados no respetivo s\u00edtio da Internet e no portal do PDR 2020, em www.pdr-2020.pt, no respetivo an\u00fancio do per\u00edodo de apresenta\u00e7\u00e3o de candidaturas.
- 3 - Os crit\u00e9rios de sele\u00e7\u00e3o s\u00e3o avaliados com base em informa\u00e7\u00e3o dispon\u00edvel \u00e0 data de submiss\u00e3o da candidatura, podendo o aviso de abertura definir momento distinto.

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 238/2017 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 145/2017, S\u00e9rie I de 2017-07-28, em vigor a partir de 2017-07-29

Artigo 49.º

Forma, n\u00edvel e limite do apoio

- 1 - O apoio previsto no presente cap\u00edtulo reveste a forma de subven\u00e7\u00e3o n\u00e3o reembols\u00e1vel.
- 2 - O n\u00edvel de apoio a conceder \u00e9 de 80 % do investimento total eleg\u00edvel.
- 3 - Sem preju\u00edzo do disposto no artigo 5.º, o limite m\u00e1ximo do apoio a conceder, por benefici\u00e1rio, durante o per\u00edodo de programa\u00e7\u00e3o, \u00e9 de 200.000 euros.

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 133/2019 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 89/2019, S\u00e9rie I de 2019-05-09, em vigor a partir de 2019-05-10

CAP\u00cdTULO VIII

Obriga\u00e7\u00f5es dos benefici\u00e1rios

Artigo 50.º

Obriga\u00e7\u00f5es dos benefici\u00e1rios

- 1 - Os benefici\u00e1rios dos apoios previstos na presente portaria devem cumprir, al\u00e9m das obriga\u00e7\u00f5es enunciadas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua reda\u00e7\u00e3o atual, as seguintes obriga\u00e7\u00f5es:
 - a) Executar a opera\u00e7\u00e3o nos termos e condi\u00e7\u00f5es aprovados;
 - b) Cumprir a legisla\u00e7\u00e3o e normas obrigat\u00f3rias relacionadas com a natureza do investimento;
 - c) Cumprir os normativos legais em mat\u00e9ria de contrata\u00e7\u00e3o p\u00fablica relativamente \u00e0 execu\u00e7\u00e3o das opera\u00e7\u00f5es, quando aplic\u00e1vel;
 - d) Proceder \u00e0 publica\u00e7\u00e3o dos apoios que lhes forem atribuídos, nos termos da legisla\u00e7\u00e3o comunit\u00e1ria aplic\u00e1vel e das orienta\u00e7\u00f5es t\u00e9cnicas do PDR 2020;
 - e) Manter a situa\u00e7\u00e3o tribut\u00e1ria e contributiva regularizada perante a administra\u00e7\u00e3o fiscal e a seguran\u00e7a social, a qual \u00e9 aferida em cada pedido de pagamento;
 - f) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legisla\u00e7\u00e3o em vigor;
 - g) Manter a atividade e as condi\u00e7\u00f5es legais necess\u00e1rias ao exerc\u00edcio da mesma durante o per\u00edodo de cinco anos a contar da data de aceita\u00e7\u00e3o da concess\u00e3o do apoio, ou at\u00e9 \u00e0 data da conclus\u00e3o da opera\u00e7\u00e3o, se esta ultrapassar os cinco anos;

- h) N\u00e3o locar ou alienar os investimentos cofinanciados, durante o per\u00edodo de cinco anos a contar da data de aceita\u00e7\u00e3o da concess\u00e3o do apoio, ou at\u00e9 \u00e0 data da conclus\u00e3o da opera\u00e7\u00e3o, se esta ultrapassar os cinco anos, sem pr\u00e9via autoriza\u00e7\u00e3o da autoridade de gest\u00e3o;
 - i) Garantir que todos os pagamentos e recebimentos referentes \u00e0 opera\u00e7\u00e3o s\u00e3o efetuados atrav\u00e9s de conta banc\u00e1ria \u00fanica, ainda que n\u00e3o exclusiva, do benefici\u00e1rio, exceto em situa\u00e7\u00f5es devidamente justificadas;
 - j) Conservar os documentos relativos \u00e0 realiza\u00e7\u00e3o da opera\u00e7\u00e3o, sob a forma de documentos originais ou de c\u00f3pias autenticadas, em suporte digital, quando legalmente admiss\u00edvel, ou em papel, durante o prazo de tr\u00eas anos, a contar da data do encerramento ou da aceita\u00e7\u00e3o da Comiss\u00e3o Europeia sobre a declara\u00e7\u00e3o de encerramento do PDR 2020, consoante a fase em que o encerramento da opera\u00e7\u00e3o tenha sido inclu\u00eddo, ou pelo prazo fixado na legisla\u00e7\u00e3o nacional aplic\u00e1vel, ou na legisla\u00e7\u00e3o espec\u00edfica em mat\u00e9ria de aux\u00edlios de Estado, se estas fixarem prazo superior;
 - k) Manter o registo da explora\u00e7\u00e3o no SIP at\u00e9 \u00e0 data da conclus\u00e3o da opera\u00e7\u00e3o, no caso dos apoios «Pequenos investimentos agr\u00edcolas» e «Diversifica\u00e7\u00e3o de atividades na explora\u00e7\u00e3o agr\u00edcola»;
 - l) Adquirir capacidade profissional adequada \u00e0 atividade a desenvolver, quando n\u00e3o a possua \u00e0 data de apresenta\u00e7\u00e3o da candidatura, no prazo m\u00e1ximo de 24 meses a contar da data de aceita\u00e7\u00e3o da concess\u00e3o do apoio ou at\u00e9 \u00e0 data de submiss\u00e3o do \u00faltimo pedido de pagamento se essa ocorrer num prazo inferior, no caso do apoio «Diversifica\u00e7\u00e3o de atividades na explora\u00e7\u00e3o agr\u00edcola»;
 - m) Manter os postos de trabalho criados at\u00e9 ao termo do per\u00edodo de cinco anos contados a partir da data de aceita\u00e7\u00e3o da concess\u00e3o do apoio, ou at\u00e9 \u00e0 data da conclus\u00e3o da opera\u00e7\u00e3o, se esta ultrapassar os cinco anos, caso tenham beneficiado do disposto na al\u00ednea b) do n.º 1 dos artigos 18.º e 25.º ou da majora\u00e7\u00e3o prevista no anexo VIII da presente portaria.
 - n) Comprovar o in\u00edcio da execu\u00e7\u00e3o f\u00edsica da opera\u00e7\u00e3o no prazo definido para o efeito, atrav\u00e9s da apresenta\u00e7\u00e3o, no mesmo prazo, de pedido de pagamento, n\u00e3o incluindo o pedido de pagamento a t\u00edtulo de adiantamento.
- 2 - Em casos excecionais e devidamente justificados, o gestor pode autorizar a prorroga\u00e7\u00e3o do prazo estabelecido na al\u00ednea n) do n\u00famero anterior.

CAP\u00cdTULO IX

Procedimento

Artigo 51.º

Apresenta\u00e7\u00e3o das candidaturas

- 1 - S\u00e3o estabelecidos per\u00edodos para apresenta\u00e7\u00e3o de candidaturas, de acordo com o plano de abertura de candidaturas previsto na al\u00ednea m) do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, sendo o mesmo divulgado no s\u00edtio da Internet dos GAL, no portal do Portugal 2020, em www.pt-2020.pt, e no portal do PDR 2020, em www.pdr-2020.pt.
- 2 - A apresenta\u00e7\u00e3o das candidaturas efetua-se atrav\u00e9s de submiss\u00e3o de formul\u00e1rio eletr\u00f3nico dispon\u00edvel no portal do Portugal 2020, em www.pt-2020.pt, do PDR 2020, em www.pdr-2020.pt ou no s\u00edtio da Internet do respetivo GAL e est\u00e3o sujeitos a confirma\u00e7\u00e3o por via eletr\u00f3nica, a efetuar pela entidade recetora, considerando-se a data de submiss\u00e3o como a data de apresenta\u00e7\u00e3o da candidatura.

Artigo 52.º

An\u00fancias

- 1 - Os \u00e2ncios dos per\u00edodos de apresenta\u00e7\u00e3o das candidaturas s\u00e3o aprovados pelo gestor, mediante proposta dos GAL, e indicam, nomeadamente, o seguinte:
 - a) Os objetivos e as prioridades visadas;
 - b) A tipologia das opera\u00e7\u00f5es a apoiar, incluindo, quando se justifique, as atividades a apoiar relativas a cada CAE;
 - c) A \u00e1rea geogr\u00e1fica eleg\u00edvel;
 - d) A dota\u00e7\u00e3o or\u00e7amental a atribuir;
 - e) O n\u00famero m\u00e1ximo de candidaturas admitidas por benefici\u00e1rio;
 - f) Os crit\u00e9rios de sele\u00e7\u00e3o e respetivos fatores, f\u00f3rmulas, pondera\u00e7\u00e3o e crit\u00e9rio de desempate, em fun\u00e7\u00e3o dos objetivos e prioridades fixados, bem como a pontua\u00e7\u00e3o m\u00ednima para sele\u00e7\u00e3o;
 - g) A forma, o n\u00edvel e limites dos apoios a conceder, respeitando o disposto nos artigos 12.º, 19.º, 26.º, 34.º, 42.º e 49.º
- 2 - Os \u00e2ncios dos per\u00edodos de apresenta\u00e7\u00e3o das candidaturas podem prever dota\u00e7\u00f5es espec\u00edficas para determinadas tipologias de opera\u00e7\u00f5es a apoiar.
- 3 - Os \u00e2ncios dos per\u00edodos de apresenta\u00e7\u00e3o das candidaturas s\u00e3o divulgados, no portal do Portugal 2020, em www.pt-2020.pt, no portal do PDR 2020, em www.pdr-2020.pt e no s\u00edtio da Internet do respetivo GAL e publicitados em dois \u00f3rg\u00e3os de comunica\u00e7\u00e3o social.

Artigo 53.º

An\u00e1lise e decis\u00e3o das candidaturas

- 1 - As estruturas t\u00e9cnicas locais (ETL) analisam e emitem parecer sobre as candidaturas, do qual consta a aprecia\u00e7\u00e3o do cumprimento dos crit\u00e9rios de elegibilidade da opera\u00e7\u00e3o e os do benefici\u00e1rio, bem como a aplica\u00e7\u00e3o dos crit\u00e9rios referidos nos artigos 11.º, 18.º, 25.º, 33.º, 41.º e 48.º, o apuramento do montante do custo total eleg\u00edvel e o n\u00edvel de apoio previsional.
- 2 - No caso de candidaturas apresentadas pelos GAL, pelas EG no caso dos GAL sem personalidade jur\u00eddica, por membros dos \u00f3rg\u00e3os de gest\u00e3o (OG) ou da ETL, ou pelas pessoas abrangidas pela al\u00ednea b) do n.º 1 do artigo 69.º do C\u00f3digo do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a an\u00e1lise e emiss\u00e3o de parecer sobre as candidaturas \u00e9 efetuada pelas Dire\u00e7\u00f5es Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP).
- 3 - Sem preju\u00edzo do disposto no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, s\u00e3o solicitados aos candidatos, quando se justifique, os documentos exigidos no formul\u00e1rio de candidatura ou elementos complementares, constituindo a falta de entrega dos mesmos ou a aus\u00eancia de resposta fundamento para a n\u00e3o aprova\u00e7\u00e3o da candidatura.
- 4 - Os pareceres referidos nos n.os 1 e 2 do presente artigo s\u00e3o emitidos num prazo m\u00e1ximo de 35 dias \u00fatils a contar da data limite para a apresenta\u00e7\u00e3o das candidaturas, sendo aplicados os crit\u00e9rios de sele\u00e7\u00e3o em fun\u00e7\u00e3o da dota\u00e7\u00e3o or\u00e7amental do \u00e2ncio e remetidos ao OG do GAL ou, nos casos previstos no n.º 2, ao gestor.
- 5 - Antes de ser adotada a decis\u00e3o final os candidatos s\u00e3o ouvidos, nos termos do C\u00f3digo do Procedimento Administrativo, designadamente quanto \u00e0 eventual inten\u00e7\u00e3o de indeferimento total ou parcial e respetivos fundamentos.
- 6 - As candidaturas s\u00e3o objeto de decis\u00e3o pelo OG do GAL ou, nos casos previstos no n.º 2, pelo gestor, no prazo m\u00e1ximo de 50 dias \u00fatils contados a partir da data limite para a respetiva apresenta\u00e7\u00e3o, sendo a mesma, quando emitida pelo OG do GAL, comunicada ao gestor no prazo m\u00e1ximo de cinco dias \u00fatils a contar da data da sua emiss\u00e3o.

- 7 - A produ\u00e7\u00e3o de efeitos da decis\u00e3o referida no n\u00famero anterior, quando proferida pelos OG do GAL, depende de confirma\u00e7\u00e3o pelo gestor, a emitir no prazo m\u00e1ximo de 10 dias \u00fatils a contar da data da decis\u00e3o e a notificar aos candidatos nos cinco dias \u00fatils seguintes.

Artigo 54.º

Pedidos de altera\u00e7\u00e3o

- 1 - Ap\u00f3s a data da submiss\u00e3o autenticada do termo de aceita\u00e7\u00e3o, caso se verifique qualquer ocorr\u00eancia excecional e imposs\u00edvel de prever aquando da apresenta\u00e7\u00e3o da candidatura, que justifique a necessidade de proceder a altera\u00e7\u00f5es ao projeto aprovado, nomeadamente no que diz respeito \u00e0 sua titularidade, localiza\u00e7\u00e3o, componentes de investimento e prazos de execu\u00e7\u00e3o, os benefici\u00e1rios podem apresentar pedido de altera\u00e7\u00e3o, nos termos previstos em Orienta\u00e7\u00e3o T\u00e9cnica Geral (OTG) divulgada no portal do PDR 2020, em www.pdr-2020.pt.
- 2 - A altera\u00e7\u00e3o proposta n\u00e3o pode alterar substancialmente a natureza do projeto aprovado, os seus objetivos ou as condi\u00e7\u00f5es de realiza\u00e7\u00e3o, de forma a comprometer os seus objetivos originais.

Altera\u00e7\u00f5es

Revogado pelo/a Artigo 28.º do/a Portaria n.º 46/2018 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 30/2018, S\u00e9rie I de 2018-02-12, em vigor a partir de 2018-02-13

Alterado pelo/a Artigo 15.º do/a Portaria n.º 249/2016 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 178/2016, S\u00e9rie I de 2016-09-15, em vigor a partir de 2016-09-16, produz efeitos a partir de 2016-06-01

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 187/2021 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 174/2021, S\u00e9rie I de 2021-09-07, em vigor a partir de 2021-09-08

Artigo 55.º

Termo de aceita\u00e7\u00e3o

- 1 - A aceita\u00e7\u00e3o do apoio \u00e9 efetuada mediante submiss\u00e3o eletr\u00f3nica e autentica\u00e7\u00e3o de termo de aceita\u00e7\u00e3o nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, de acordo com os procedimentos aprovados pelo IFAP, I. P., e divulgados no respetivo portal, em www.ifap.pt.
- 2 - O benefici\u00e1rio disp\u00f5e de 30 dias \u00fatils para a submiss\u00e3o eletr\u00f3nica do termo de aceita\u00e7\u00e3o, sob pena de caducidade da decis\u00e3o de aprova\u00e7\u00e3o da candidatura, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, salvo motivo justificado n\u00e3o imput\u00e1vel ao benefici\u00e1rio e aceite pelo OG do GAL, ou pelo gestor quando o benefici\u00e1rio seja um GAL, EG, membro do OG ou da ETL, ou pessoa abrangida pela al\u00ednea b) do n.º 1 do artigo 69.º do C\u00f3digo do Procedimento Administrativo.

Artigo 56.º

Execu\u00e7\u00e3o das opera\u00e7\u00f5es

- 1 - Os prazos m\u00e1ximos para os benefici\u00e1rios iniciarem e concl\u00edrem a execu\u00e7\u00e3o f\u00edsica e financeira das opera\u00e7\u00f5es s\u00e3o, respetivamente, de 6 e 24 meses contados a partir da data da submiss\u00e3o autenticada do termo de aceita\u00e7\u00e3o, exceto nas opera\u00e7\u00f5es “circuitos curtos e mercados locais”, em que s\u00e3o, respetivamente, de 6 e 36 meses contados a partir da data da submiss\u00e3o autenticada do termo de aceita\u00e7\u00e3o.
- 2 - Em casos excecionais e devidamente justificados, o OG do GAL, ou o gestor quando o benefici\u00e1rio seja um GAL, EG, membro do OG ou da ETL, ou pessoa abrangida pela al\u00ednea b) do n.º 1 do artigo 69.º do C\u00f3digo do Procedimento Administrativo, pode autorizar a prorroga\u00e7\u00e3o dos prazos estabelecidos no n\u00famero anterior.

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 338/2019 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 187/2019, S\u00e9rie I de 2019-09-30, em vigor a partir de 2019-10-01

Artigo 57.º

Apresenta\u00e7\u00e3o dos pedidos de pagamento

- 1 - A apresenta\u00e7\u00e3o dos pedidos de pagamento efetua-se atrav\u00e9s de submiss\u00e3o de formul\u00e1rio eletr\u00f3nico dispon\u00edvel no portal do Portugal 2020, em www.pt-2020.pt, e no portal do IFAP, I. P., em www.ifap.pt, considerando-se a data de submiss\u00e3o como a data de apresenta\u00e7\u00e3o do pedido de pagamento.
- 2 - Os pedidos de pagamento reportam-se \u00e0s despesas efetivamente realizadas e pagas, devendo os respetivos comprovativos e demais documentos que o integram ser submetidos eletronicamente de acordo com os procedimentos aprovados pelo IFAP, I. P., e divulgados no respetivo portal, em www.ifap.pt.
- 3 - Apenas s\u00e3o aceites os pedidos de pagamentos relativos a despesas pagas por transfer\u00eancia banc\u00e1ria, d\u00e9bito em conta ou cheque, comprovados por extrato banc\u00e1rio, nos termos previstos no termo de aceita\u00e7\u00e3o e nos n\u00fameros seguintes.
- 4 - Pode ser apresentado um pedido de pagamento a t\u00edtulo de adiantamento sobre o valor do investimento, no m\u00e1ximo at\u00e9 50 % da despesa p\u00fablica aprovada, mediante a constitui\u00e7\u00e3o de garantia a favor do IFAP, I. P., correspondente \u00e0 totalidade do montante do adiantamento, nos termos do artigo 63.º do Regulamento (UE) n.º 1305/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro.
- 5 - O pagamento \u00e9 proporcional \u00e0 realiza\u00e7\u00e3o do investimento eleg\u00edvel, devendo o montante da \u00faltima presta\u00e7\u00e3o representar, pelo menos, 20 % da despesa total eleg\u00edvel da opera\u00e7\u00e3o.
- 6 - Podem ser apresentados at\u00e9 cinco pedidos de pagamento por candidatura aprovada, n\u00e3o incluindo o pedido de pagamento a t\u00edtulo de adiantamento.
- 7 - O \u00faltimo pedido de pagamento deve ser submetido no prazo m\u00e1ximo de 90 dias a contar da data de conclus\u00e3o do investimento, sob pena do seu indeferimento.
- 8 - Em casos excecionais e devidamente justificados, o IFAP, I. P. pode autorizar a prorroga\u00e7\u00e3o do prazo estabelecido no n\u00famero anterior.
- 9 - No ano do encerramento do PDR 2020, o \u00faltimo pedido de pagamento deve ser submetido at\u00e9 seis meses antes da respetiva data de encerramento, a qual \u00e9 divulgada no portal do IFAP, I. P., em www.ifap.pt, no s\u00edtio da Internet dos GAL e no portal do PDR 2020, em www.pdr-2020.pt.

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 16.º do/a Portaria n.º 303/2018 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 227/2018, S\u00e9rie I de 2018-11-26, em vigor a partir de 2018-11-27

Artigo 58.º

An\u00e1lise e decis\u00e3o dos pedidos de pagamento

- 1 - O IFAP, I. P., ou as entidades a quem este delegar poderes para o efeito, analisam os pedidos de pagamento e emitem parecer.
- 2 - Podem ser solicitados aos benefici\u00e1rios elementos complementares, constituindo a falta de entrega dos mesmos ou a aus\u00eancia de resposta fundamento para a n\u00e3o aprova\u00e7\u00e3o do pedido.
- 3 - Do parecer referido no n.º 1 resulta o apuramento da despesa eleg\u00edvel, o montante a pagar ao benefici\u00e1rio e a valida\u00e7\u00e3o da despesa constante do respetivo pedido de pagamento.

- 4 - O IFAP, I. P., ap\u00f3s a rece\u00e7\u00e3o do parecer referido nos n\u00fameros anteriores adota os procedimentos necess\u00e1rios ao respetivo pagamento.
- 5 - Os crit\u00e9rios de realiza\u00e7\u00e3o das visitas ao local da opera\u00e7\u00e3o durante o seu per\u00edodo de execu\u00e7\u00e3o s\u00e3o definidos de acordo com o disposto no Regulamento (UE) n.º 1306/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro.

Artigo 59.º

Pagamentos

- 1 - Os pagamentos dos apoios s\u00e3o efetuados pelo IFAP, I. P., de acordo com o calend\u00e1rio anual definido antes do in\u00edcio de cada ano civil, o qual \u00e9 divulgado no respetivo portal, em www.ifap.pt.
- 2 - O pagamento da majora\u00e7\u00e3o prevista no anexo VIII da presente portaria, da qual faz parte integrante, \u00e9 efetuado ap\u00f3s demonstra\u00e7\u00e3o da cria\u00e7\u00e3o dos postos de trabalho.
- 3 - Os pagamentos dos apoios s\u00e3o efetuados por transfer\u00eancia banc\u00e1ria, para a conta referida na al\u00ednea i) do artigo 50.º

Artigo 60.º

Controlo

As opera\u00e7\u00f5es objeto de apoio, incluindo a candidatura e os pedidos de pagamento, est\u00e3o sujeitas a a\u00e7\u00f5es de controlo administrativo e *in loco* a partir da data da submiss\u00e3o autenticada do termo de aceita\u00e7\u00e3o, nos termos previstos no Regulamento (UE) n.º 1306/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, no Regulamento Delegado (UE) n.º 640/2014, da Comiss\u00e3o, de 11 de mar\u00e7o, no Regulamento de Execu\u00e7\u00e3o (UE) n.º 809/2014, da Comiss\u00e3o, de 17 de julho, e demais legisla\u00e7\u00e3o aplic\u00e1vel.

Artigo 61.º

Redu\u00e7\u00f5es e exclus\u00f5es

- 1 - Os apoios objeto da presente portaria est\u00e3o sujeitos \u00e0s redu\u00e7\u00f5es e exclus\u00f5es previstas no Regulamento (UE) n.º 1306/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, no Regulamento Delegado (UE) n.º 640/2014, da Comiss\u00e3o, de 11 de mar\u00e7o, no Regulamento de Execu\u00e7\u00e3o (UE) n.º 809/2014, da Comiss\u00e3o, de 17 de julho, e demais legisla\u00e7\u00e3o aplic\u00e1vel.
- 2 - A aplica\u00e7\u00e3o de redu\u00e7\u00f5es e exclus\u00f5es dos apoios concedidos ou a conceder, em caso de incumprimento das obriga\u00e7\u00f5es dos benefici\u00e1rios previstas no artigo 50.º da presente portaria e no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, \u00e9 efetuada de acordo como previsto no anexo XII da presente portaria, da qual faz parte integrante.
- 3 - O incumprimento dos crit\u00e9rios de elegibilidade constitui fundamento suscet\u00edvel de determinar a devolu\u00e7\u00e3o da totalidade dos apoios recebidos.
- 4 - A omiss\u00e3o ou presta\u00e7\u00e3o de falsas informa\u00e7\u00f5es, para efeitos da aplica\u00e7\u00e3o dos crit\u00e9rios de sele\u00e7\u00e3o nas condi\u00e7\u00f5es definidas no aviso de abertura do concurso, determina a exclus\u00e3o da candidatura ou a anula\u00e7\u00e3o administrativa da decis\u00e3o de aprova\u00e7\u00e3o e respetiva devolu\u00e7\u00e3o da totalidade dos apoios recebidos.
- 5 - O incumprimento, \u00e0 data da apresenta\u00e7\u00e3o do \u00faltimo pedido de pagamento, de um ou mais dos crit\u00e9rios de sele\u00e7\u00e3o contratualmente fixados como condicionantes de verifica\u00e7\u00e3o obrigat\u00f3ria, determina a redu\u00e7\u00e3o dos pagamentos efetuados ou a pagar em 25 %, incluindo a perda de majora\u00e7\u00e3o associada, quando aplic\u00e1vel.

- 6 - A recupera\u00e7\u00e3o dos montantes indevidamente recebidos, designadamente por incumprimento dos crit\u00e9rios de elegibilidade ou de obriga\u00e7\u00f5es dos benefici\u00e1rios, rege-se pelo disposto nos artigos 7.º do Regulamento de Execu\u00e7\u00e3o (UE) n.º 809/2014, da Comiss\u00e3o, de 17 de julho, 26.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, e 12.º do Decreto-Lei n.º 195/2012, de 13 de agosto, e na demais legisla\u00e7\u00e3o aplic\u00e1vel.
- 7 - A n\u00e3o comprova\u00e7\u00e3o do in\u00edcio da execu\u00e7\u00e3o f\u00edsica da opera\u00e7\u00e3o no prazo previsto na al\u00ednea n) do n.º 1 do artigo 50.º ou no n.º 2 do artigo 50.º, quando aplic\u00e1vel, constitui fundamento suscet\u00edvel de determinar a revoga\u00e7\u00e3o do apoio \u00e0 opera\u00e7\u00e3o.
- 8 - O incumprimento do crit\u00e9rio de sele\u00e7\u00e3o relativo \u00e0 cria\u00e7\u00e3o de postos de trabalho na opera\u00e7\u00e3o 10.2.1.3, desde que comprovadamente devido \u00e0 quebra de receitas, durante a pandemia de COVID -19, n\u00e3o implicar\u00e1 a redu\u00e7\u00e3o dos pagamentos efetuados e a efetuar em 25 %, mas apenas a retirada da majora\u00e7\u00e3o de 10 %.

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 16.º do/a Portaria n.º 303/2018 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 227/2018, S\u00e9rie I de 2018-11-26, em vigor a partir de 2018-11-27

Alterado pelo/a Artigo 23.º do/a Portaria n.º 46/2018 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 30/2018, S\u00e9rie I de 2018-02-12, em vigor a partir de 2018-02-13

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 187/2021 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 174/2021, S\u00e9rie I de 2021-09-07, em vigor a partir de 2021-09-08

CAP\u00cdTULO X

Disposi\u00e7\u00e3o final

Artigo 62.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publica\u00e7\u00e3o.

O Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Lu\u00eds Manuel Capoulas Santos, em 20 de maio de 2016.

ANEXO I

Despesas elegíveis e não elegíveis do apoio «Pequenos investimentos nas explorações agrícolas»

(a que se refere o artigo 10.º)

Despesas elegíveis

Investimentos materiais	Investimentos imateriais
<p>1 — Bens imóveis — Construção e melhoramento, designadamente:</p> <p>1.1 — Preparação de terrenos;</p> <p>1.2 — Edifícios e outras construções diretamente ligados às atividades a desenvolver;</p> <p>1.3 — Adaptação de instalações existentes relacionada com a execução do investimento;</p> <p>1.4 — Plantações plurianuais;</p> <p>1.5 — Instalação de pastagens permanentes, nomeadamente operações de regularização e preparação do solo, desmatação e consolidação do terreno;</p> <p>1.6 — Sistemas de rega — instalação ou modernização, nomeadamente captação, condução e distribuição de água desde que promovam o uso eficiente da água e sistemas de monitorização;</p> <p>1.7 — Despesas de consolidação — durante o período de execução da operação;</p> <p>2 — Bens móveis — Compra ou locação — compra de novas máquinas e equipamentos, designadamente:</p> <p>2.1 — Máquinas e equipamentos novos, incluindo equipamentos de prevenção contra roubos;</p> <p>2.2 — Equipamentos de transporte interno, de movimentação de cargas e as caixas e paletes com duração de vida superior a um ano;</p> <p>2.3 — Equipamentos visando a valorização dos subprodutos e resíduos da atividade.</p>	<p>3 — As despesas gerais — nomeadamente no domínio da eficiência energética e energias renováveis, software aplicacional, propriedade industrial, diagnósticos, auditorias, planos de marketing e branding e estudos de viabilidade, acompanhamento, projetos de arquitetura, engenharia associados aos investimentos, até 5 % do custo total elegível aprovado daquelas despesas, realizadas até seis meses antes da data de apresentação da candidatura.</p>

Limites às elegibilidades

<p>4 — As caixas e paletes são elegíveis na condição de se tratar de uma primeira aquisição ou de uma aquisição suplementar proporcional ao aumento de capacidade projetada;</p> <p>5 — Contribuições em espécie desde que se refiram ao fornecimento de equipamento ou de trabalho voluntário não remunerado até ao limite do autofinanciamento, em condições a definir em OTE;</p> <p>6 — São elegíveis as despesas associadas a investimentos tangíveis de pequena dimensão necessários ao desenvolvimento da atividade produtiva agrícola, nomeadamente máquinas, equipamentos, pequenas construções agrícolas e pecuárias, pequenas plantações plurianuais, incluindo apoio a equipamentos de prevenção contra roubos, e excluindo os meros investimentos de substituição e a aquisição de terras;</p> <p>7 — São elegíveis tratores agrícolas, outras máquinas automotrizes e alfaias, adquiridas em segunda mão, em condições a definir em OTE e desde que cumulativamente cumpram com o seguinte:</p> <p>a) Seja atestado que o equipamento não foi objeto de ajuda de subvenções nacionais ou comunitárias;</p> <p>b) O preço do equipamento não exceda o seu valor de mercado e seja inferior ao custo de equipamento similar novo;</p> <p>c) O equipamento tenha as características técnicas necessárias para a operação e esteja em conformidade com as normas aplicáveis.</p> <p>8 — As despesas em instalações e equipamentos financiadas através de contratos de locação financeira ou de aluguer de longa duração, só são elegíveis se for exercida a opção de compra e a duração desses contratos for compatível com o prazo para apresentação do pedido de pagamento da última parcela do apoio;</p> <p>9 — Para investimentos em sistemas de rega é obrigatória a existência ou instalação, de contadores de medição de consumo de água.</p>

Despesas não elegíveis

Investimentos materiais	Investimentos imateriais e outros
<p>10 — Bens de equipamento em estado de uso;</p> <p>11 — Compra de terrenos e compra de prédios urbanos;</p> <p>12 — Obras provisórias não diretamente ligadas à execução da operação;</p> <p>13 — Animais — compra;</p> <p>14 — Meios de transporte externo;</p> <p>15 — Plantas anuais ou plurianuais se a vida útil for inferior a 2 anos — compra e sua plantação;</p> <p>16 — Direitos de produção agrícola;</p> <p>17 — Direitos ao pagamento;</p> <p>18 — Trabalhos de reparação e de manutenção;</p> <p>19 — Substituição de equipamentos, exceto se esta substituição incluir a compra de equipamentos diferentes, quer na tecnologia utilizada, quer na capacidade absoluta ou horária;</p> <p>20 — Infraestruturas de serviço público, tais como ramais de caminho-de-ferro,</p>	<p>22 — Componentes do imobilizado incorpóreo, tais como despesas de constituição, de concursos, de promoção de marcas e mensagens publicitárias;</p> <p>23 — Juros durante a realização do investimento e fundo de maneio;</p> <p>24 — Custos relacionados com contratos de locação financeira como a margem do locador, os custos do refinanciamento dos juros, as despesas gerais e os prémios de seguro;</p> <p>25 — Despesas de pré-financiamento e de preparação de processos de contratação de empréstimos bancários e quaisquer outros encargos inerentes a financiamentos;</p>

esta\u00e7\u00f5es de pr\u00e9-tratamento de efluentes, esta\u00e7\u00f5es de tratamento de efluentes e vias de acesso, exceto se servirem e se localizarem junto da unidade e forem da exclusiva titularidade do benefici\u00e1rio;
21 — Veda\u00e7\u00f5es (exce\u00e7\u00e3o para explora\u00e7\u00f5es com atividade pecu\u00e1ria);

Outras despesas n\u00e3o eleg\u00edveis

26 — IVA recuper\u00e1vel.

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 133/2019 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 89/2019, S\u00e9rie I de 2019-05-09, em vigor a partir de 2019-05-10

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 238/2017 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 145/2017, S\u00e9rie I de 2017-07-28, em vigor a partir de 2017-07-29, produz efeitos a partir de 2016-05-26

ANEXO II

N\u00edveis de apoio do apoio «Pequenos investimentos nas explora\u00e7\u00f5es agr\u00edcolas»

(a que se refere o n.º 2 do artigo 12.º)

Regi\u00f5es	N\u00edveis de apoio
Regi\u00f5es menos desenvolvidas e nas zonas com condicionantes naturais ou outras espec\u00edficas.	50 % do investimento total eleg\u00edvel.
Outras regi\u00f5es.	40 % do investimento total eleg\u00edvel.

ANEXO III

(Revogado.)

ANEXO IV

Despesas eleg\u00edveis e n\u00e3o eleg\u00edveis do apoio «Pequenos investimentos na transforma\u00e7\u00e3o e comercializa\u00e7\u00e3o de produtos agr\u00edcolas» (a que se refere o artigo 17.º)

Despesas eleg\u00edveis

Investimentos materiais	Investimentos imateriais
<p>1 — Bens im\u00f3veis — Constru\u00e7\u00e3o e melhoramento, designadamente:</p> <p>1.1 — Veda\u00e7\u00e3o e prepara\u00e7\u00e3o de terrenos;</p> <p>1.2 — Edif\u00edcios e outras constru\u00e7\u00f5es diretamente ligados \u00e0s atividades a desenvolver;</p> <p>1.3 — Adapta\u00e7\u00e3o de instala\u00e7\u00f5es existentes relacionada com a execu\u00e7\u00e3o do investimento;</p> <p>2 — Bens m\u00f3veis — Compra ou loca\u00e7\u00e3o — compra de novas m\u00e1quinas e equipamentos, designadamente:</p> <p>2.1 — M\u00e1quinas e equipamentos novos;</p> <p>2.2 — Equipamentos de transporte interno, de movimentação de cargas e as caixas e paletes com dura\u00e7\u00e3o de vida superior a um ano;</p> <p>2.3 — Caixas isot\u00e9rmicas, grupos de frio e cisternas de transporte, bem como meios de transporte externo, quando estes \u00faltimos sejam utilizados exclusivamente na recolha e transporte de leite at\u00e9 \u00e0s unidades de transforma\u00e7\u00e3o;</p> <p>2.4 — Equipamentos sociais obrigat\u00f3rios por determina\u00e7\u00e3o da lei;</p> <p>2.5 — Automatiza\u00e7\u00e3o de equipamentos j\u00e1 existentes na unidade;</p> <p>2.6 — Equipamentos n\u00e3o diretamente produtivos, nomeadamente equipamentos visando a valoriza\u00e7\u00e3o dos subprodutos e res\u00edduos destinados \u00e0 valoriza\u00e7\u00e3o energ\u00e9tica e equipamentos de controlo da qualidade.</p>	<p>3 — As despesas gerais — nomeadamente no dom\u00ednio da efici\u00eancia energ\u00e9tica e energias renov\u00e1veis, <i>software</i> aplicacional, propriedade industrial, diagn\u00f3sticos, auditorias, planos de marketing e <i>branding</i> e estudos de viabilidade, acompanhamento, projetos de arquitetura, engenharia associados aos investimentos, at\u00e9 5 % do custo total eleg\u00edvel aprovado daquelas despesas.</p>

Limites às elegibilidades

- 4 — As caixas e paletes são elegíveis na condição de se tratar de uma primeira aquisição ou de uma aquisição suplementar proporcional ao aumento de capacidade projetada, não podendo ser vendidas conjuntamente com a mercadoria;
- 5 — Quando houver componentes de investimento comuns a investimentos excluídos e a investimentos elegíveis, as despesas elegíveis são calculadas proporcionalmente, em função do peso das quantidades/valores das matérias-primas/produtos de base afetos aos investimentos elegíveis nos correspondentes totais utilizados;
- 6 — Deslocalização — na mudança de localização de uma unidade existente, ao montante do investimento elegível da nova unidade, independentemente de nesta virem também a ser desenvolvidas outras atividades, será deduzido o montante resultante da soma do valor líquido, real ou presumido, da unidade abandonada com o valor das indemnizações eventualmente recebidas, depois de deduzido o valor, real ou presumido, do terreno onde a nova unidade vai ser implantada; contudo, se o investimento em causa for justificado por imperativos legais ou se o PDM estipular para o local utilização diferente da atividade a abandonar, não será feita qualquer dedução relativamente às despesas elegíveis. Em nenhuma situação o investimento elegível corrigido poderá ser superior ao investimento elegível da nova unidade;
- 7 — As despesas com estudos de viabilidade, projetos de arquitetura, engenharia associados aos investimentos, e a elaboração de estudos podem ser elegíveis se efetuados até 6 meses antes da data de apresentação da candidatura;
- 8 — As despesas em instalações e equipamentos financiadas através de contratos de locação financeira ou de aluguer de longa duração, só são elegíveis se for exercida a opção de compra e a duração desses contratos for compatível com o prazo para apresentação do pedido de pagamento da última parcela do apoio.

Despesas não elegíveis

Investimentos materiais	Investimentos imateriais e outros
<p>9 — Bens de equipamento em estado de uso;</p> <p>10 — Compra de terrenos e compra de prédios urbanos;</p> <p>11 — Obras provisórias não diretamente ligadas à execução da operação;</p> <p>12 — Despesas em instalações e equipamentos financiadas através de contratos de locação financeira ou de aluguer de longa duração, salvo se for exercida a opção de compra e a duração desses contratos for compatível com o prazo para apresentação do pedido de pagamento da última parcela do apoio;</p> <p>13 — Meios de transporte externo, exceto os previstos em 2.3;</p> <p>14 — Equipamento de escritório e outro mobiliário (fotocopiadoras, máquinas de escrever, máquinas de calcular, armários, cadeiras, sofás, cortinas, tapetes, etc.), exceto equipamentos de telecomunicações, de laboratório, de salas de conferência e de instalações para exposição, não para venda, dos produtos dentro da área de implantação das unidades;</p> <p>15 — Trabalhos de arquitetura paisagística e equipamentos de recreio, tais como arranjos de espaços verdes, televisões, bares, áreas associadas à restauração, etc., exceto os previstos em 2.4;</p> <p>16 — Substituição de equipamentos, exceto se esta substituição incluir a compra de equipamentos diferentes, quer na tecnologia utilizada, quer na capacidade absoluta ou horária;</p> <p>17 — Infraestruturas de serviço público, tais como ramais de caminho-de-ferro, estações de pré -tratamento de efluentes, estações de tratamento de efluentes e vias de acesso, exceto se servirem e se localizarem junto da unidade e forem da exclusiva titularidade do beneficiário;</p> <p>18 — Investimentos diretamente associados à produção agrícola com exceção das máquinas de colheita, quando associadas a outros investimentos.</p>	<p>19 — Componentes do imobilizado incorpóreo, tais como despesas de constituição, de concursos, de promoção de marcas e mensagens publicitárias;</p> <p>20 — Juros durante a realização do investimento e fundo de maneiço;</p> <p>21 — Custos relacionados com contratos de locação financeira como a margem do locador, os custos do refinanciamento dos juros, as despesas gerais e os prémios de seguro;</p> <p>22 — Despesas de pré-financiamento e de preparação de processos de contratação de empréstimos bancários e quaisquer outros encargos inerentes a financiamentos;</p> <p>23 — Indemnizações pagas pelo beneficiário a terceiros por expropriação por frutos pendentes ou em situações equivalentes;</p> <p>24 — Honorários de arquitetura paisagística;</p> <p>25 — Despesas notariais, de registos, imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (compras de terrenos e de prédios urbanos).</p>

Outras despesas não elegíveis

- 26 — Contribuições em espécie;
- 27 — IVA;
- 28 — Despesas realizadas antes da data de apresentação dos pedidos de apoio, exceto as despesas gerais referidas em 3;
- 29 — Despesas com pessoal, inerentes à execução da operação, quando esta seja efetuada por administração direta e sem recurso a meios humanos excecionais e temporários;
- 30 — (Revogado);
- 31 — Trabalhos para a própria empresa.

Alterações

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 238/2017 - Diário da República n.º 145/2017, Série I de 2017-07-28, em vigor a partir de 2017-07-29, produz efeitos a partir de 2016-05-26

ANEXO V

Níveis do apoio «Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas»

(a que se refere o n.º 2 do artigo 19.º)

Regi\u00f5es	N\u00edveis de apoio
Regi\u00f5es menos desenvolvidas e nas zonas com condicionantes naturais ou outras espec\u00edficas.	50 % do investimento total eleg\u00edvel.
Outras regi\u00f5es.	40 % do investimento total eleg\u00edvel.

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 187/2021 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 174/2021, S\u00e9rie I de 2021-09-07, em vigor a partir de 2021-09-08

ANEXO VI

Atividades econ\u00f3micas eleg\u00edveis CAE constantes do Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro

[a que se refere a al\u00ednea a) do n.º 1 do artigo 23.º]

1. Unidades de alojamento tur\u00edstico nas tipologias de turismo de habita\u00e7\u00e3o, turismo no espa\u00e7o rural nos grupos de agroturismo ou casas de campo, alojamento local, parques de campismo e caravanismo e de turismo da natureza nas tipologias referidas – CAE 55202; 55204; 553; 559 apenas no que diz respeito a alojamento em meios m\u00f3veis; 55201.
2. Servi\u00e7os de recrea\u00e7\u00e3o e lazer – CAE 93293; 91042; 93294.
3. Outras CAE a definir pelos GAL em sede de avisos de abertura dos concursos, com exce\u00e7\u00e3o da CAE 03.
4. Nas CAE da divis\u00e3o 01 s\u00e3o eleg\u00edveis as atividades dos servi\u00e7os relacionados com a agricultura (01610) ou com a silvicultura e explora\u00e7\u00e3o florestal (024).

Altera\u00e7\u00f5es

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 238/2017 - Di\u00e1rio da Rep\u00fablica n.º 145/2017, S\u00e9rie I de 2017-07-28, em vigor a partir de 2017-07-29, produz efeitos a partir de 2016-05-26

ANEXO VII

Despesas eleg\u00edveis e n\u00e3o eleg\u00edveis do apoio «Diversifica\u00e7\u00e3o de atividades na explora\u00e7\u00e3o agr\u00edcola»

(a que se refere o artigo 24.º)

Despesas eleg\u00edveis

S\u00e3o consideradas eleg\u00edveis as despesas relacionadas com as atividades a desenvolver, designadamente:

1. Elabora\u00e7\u00e3o de estudos e projetos de arquitetura e de engenharia associados ao investimento, desde que realizadas at\u00e9 seis meses antes da data de apresenta\u00e7\u00e3o da candidatura, at\u00e9 ao limite de 5 % da despesa eleg\u00edvel total aprovada da opera\u00e7\u00e3o;
2. Software aplicacional, propriedade industrial, planos de marketing e branding;
3. Beneficia\u00e7\u00e3o, adapta\u00e7\u00e3o ou recupera\u00e7\u00e3o de constru\u00e7\u00f5es;
4. Constru\u00e7\u00f5es;
5. Aquisi\u00e7\u00e3o de equipamentos;
6. Aquisi\u00e7\u00e3o de viaturas e outro material circulante, indispens\u00e1veis \u00e0 atividade objeto de financiamento;

7. Outro tipo de despesas associadas a investimentos intangíveis indispensáveis à prossecução dos objetivos do projeto.

Despesas não elegíveis

8. Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações.
9. Despesas com meros investimentos de substituição e com a aquisição de terras;
10. Equipamentos em estado de uso;
11. Trabalhos para a própria empresa.

ANEXO VIII

Níveis de apoio do apoio «Diversificação de atividades na exploração agrícola»

(a que se refere o n.º 2 do artigo 26.º)

Operação	Níveis de apoio
Regiões menos desenvolvidas e zonas com condicionantes naturais ou outras específicas.	50 % do investimento total elegível
Outras regiões, com criação líquida de, pelo menos, um posto de trabalho.	50 % do investimento total elegível
Outras regiões, sem criação líquida de postos de trabalho	40 % do investimento total elegível

Considera-se que um posto de trabalho equivale à utilização de uma unidade de trabalho anual (UTA), equivalente a 1800 h/ano.

Alterações

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 187/2021 - Diário da República n.º 174/2021, Série I de 2021-09-07, em vigor a partir de 2021-09-08

ANEXO IX

Despesas elegíveis e não elegíveis do apoio «Cadeias curtas e mercados locais»

(a que se refere o artigo 32.º)

Despesas elegíveis

Investimentos materiais	Investimentos imateriais
<ol style="list-style-type: none"> 1 — Aquisição de equipamentos para preparação, embalagem e acondicionamento de produtos; 2 — Aquisição de equipamentos para a comercialização dos produtos, como sejam bancas de venda e sinalética; 3 — Aquisição ou adaptação de viatura indispensável à atividade objeto de financiamento; 4 — Produção de embalagens e rótulos; 5 — Equipamento informático; 6 — Construção ou obras de adaptação ou modernização de edifícios, incluindo equipamentos no domínio da eficiência energética e energias renováveis; 7 — Equipamentos não diretamente produtivos, nomeadamente equipamentos visando a valorização energética. 	<ol style="list-style-type: none"> 8 — Estudos e projetos necessários para a criação de cadeias curtas, desde que realizadas até seis meses antes da data de apresentação da candidatura, até ao limite de 5 % da despesa elegível total aprovada da operação; 9 — Consultoria em áreas específicas para apoio técnico aos agricultores no âmbito de uma cadeia curta; 10 — Conceção de embalagens, rótulos e logótipos; 11 — Planos de comercialização, ações e materiais de promoção; 12 — Software standard e específico, incluindo o desenvolvimento de plataformas eletrónicas de comercialização e websites; 13 — Outras despesas intangíveis diretamente associadas a atividades comerciais.

Outras despesas elegíveis

14 — É elegível uma despesa, na forma de custo simplificado, tendo em vista suportar os custos de deslocações aos mercados locais, ou a pontos de entrega, nomeadamente os custos de transporte, portagens e alimentação, no valor de 60 euros por deslocação, conforme os limites definidos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 34.º.

Despesas não elegíveis

- 15 — Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações;
 - 16 — Investimentos de substituição;
 - 17 — Equipamentos em segunda mão;
 - 18 — Despesas relativas a material promocional que se considerem supérfluas ou injustificadas para os objetivos da operação.
-

Alterações

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 338/2019 - Diário da República n.º 187/2019, Série I de 2019-09-30, em vigor a partir de 2019-10-01
Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 133/2019 - Diário da República n.º 89/2019, Série I de 2019-05-09, em vigor a partir de 2019-05-10
Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 214/2018 - Diário da República n.º 137/2018, Série I de 2018-07-18, em vigor a partir de 2018-07-19
Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 187/2021 - Diário da República n.º 174/2021, Série I de 2021-09-07, em vigor a partir de 2021-09-08

ANEXO X

Despesas elegíveis e não elegíveis do apoio «Promoção de produtos de qualidade locais»

(a que se refere o artigo 40.º)

Despesas elegíveis

São consideradas elegíveis as despesas relacionadas com as atividades a desenvolver, designadamente:

1. Estudos, projetos e pesquisas de mercado, desde que realizadas até seis meses antes da data de apresentação da candidatura, até ao limite de 5 % da despesa elegível total aprovada da operação;
2. Planos de marketing ou marketing e branding;
3. Aquisição de serviços de consultoria especializada referidos nos pontos 1 e 2;
4. Aquisição de software aplicacional;
5. Conceção e produção de material informativo e promocional sobre as características específicas dos produtos em questão;
6. Custos de participação em feiras, certames e concursos nacionais e internacionais, tais como deslocações, ingressos e aluguer de stands ou respetivos espaços.

Despesas não elegíveis

7. Custos de participação em regimes de qualidade;
8. Despesas relacionadas com os pontos 1 a 6 que digam respeito a marcas comerciais;
9. Despesas relativas a material promocional, participação em feiras, restauração, transportes e viagens que se considerem supérfluas ou injustificadas para os objetivos da operação.

ANEXO XI

Despesas elegíveis e não elegíveis do apoio «Renovação de aldeias»

(a que se refere o artigo 47.º)

Despesas elegíveis

São consideradas elegíveis as despesas relacionadas com as atividades a desenvolver, designadamente:

1. Estudos e elaboração do projeto, desde que realizadas até seis meses antes da data de apresentação da candidatura, até ao limite de 5 % da despesa elegível total aprovada da operação;
2. Obras de recuperação e beneficiação e seu apetrechamento, incluindo obras e equipamentos;
3. Sinalética de itinerários paisagísticos, ambientais e agroturísticos;
4. Elaboração e divulgação de material documental relativo ao património alvo de intervenção;
5. Outro tipo de despesas associadas a investimentos imateriais: software aplicacional e projetos de arquitetura e de engenharia associados a investimentos materiais e outros investimentos imateriais (ex: música, folclore e etnologia).

Despesas não elegíveis

6. Edifícios – aquisição de imóveis e despesas com trabalhos a mais de empreitadas de obras públicas e adicionais de contratos de fornecimento, erros e omissões do projeto;
7. Custos de manutenção decorrentes do uso normal das instalações;
8. Despesas com constituição de cauções relativas aos adiantamentos de ajuda pública;
9. Juros das dívidas;
10. Custos relacionados com contratos de locação financeira, como a margem do locador, os custos de refinanciamento dos juros, as despesas gerais e os prémios de seguro;
11. Placas de toponímia.

Alterações

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 133/2019 - Diário da República n.º 89/2019, Série I de 2019-05-09, em vigor a partir de 2019-05-10

Alterado pelo/a Artigo 2.º do/a Portaria n.º 187/2021 - Diário da República n.º 174/2021, Série I de 2021-09-07, em vigor a partir de 2021-09-08

ANEXO XII

Reduções e exclusões

(a que se refere o n.º 2 do artigo 61.º)

1. O incumprimento das obrigações dos beneficiários, previstas no artigo 50.º da presente portaria e no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, determina a aplicação das seguintes reduções ou exclusões.

Obrigações dos beneficiários	Consequências do incumprimento
a) Executar a operação nos termos e condições aprovados.	Redução dos pagamentos dos apoios, já realizados ou a realizar, numa percentagem de 2 % a 100 %.
b) Cumprir a legislação e normas obrigatórias relacionadas com a natureza do investimento.	Redução dos pagamentos dos apoios, já realizados ou a realizar, numa percentagem de 2 % a 100 %.
c) Cumprir os normativos legais em matéria de contratação pública relativamente à execução das operações, quando aplicável.	Redução dos pagamentos dos apoios, já realizados ou a realizar, de acordo com as orientações da Comissão para determinação das correções a aplicar às despesas cofinanciadas em caso de incumprimento

<p>d) Proceder \u00e0 publicita\u00e7\u00e3o dos apoios que lhes forem atribuídos, nos termos da legisla\u00e7\u00e3o comunit\u00e1ria aplic\u00e1vel e das orienta\u00e7\u00f5es t\u00e9cnicas do PDR 2020.</p> <p>e) Manter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada nos termos da legisla\u00e7\u00e3o em vigor.</p> <p>f) Manter a atividade e as condi\u00e7\u00f5es legais necess\u00e1rias ao exerc\u00edcio da mesma durante o per\u00edodo de cinco anos a contar da data de aceita\u00e7\u00e3o da concess\u00e3o do apoio, ou at\u00e9 \u00e0 data da conclus\u00e3o da opera\u00e7\u00e3o, se esta ultrapassar os cinco anos.</p> <p>g) N\u00e3o locar ou alienar os investimentos cofinanciados, durante o per\u00edodo de cinco anos a contar da data de aceita\u00e7\u00e3o da concess\u00e3o do apoio, ou at\u00e9 \u00e0 data da conclus\u00e3o da opera\u00e7\u00e3o, se esta ultrapassar os cinco anos, sem pr\u00e9via autoriza\u00e7\u00e3o da autoridade de gest\u00e3o.</p> <p>h) Garantir que todos os pagamentos e recebimentos referentes \u00e0 opera\u00e7\u00e3o s\u00e3o efetuados atrav\u00e9s de conta banc\u00e1ria \u00fanica, ainda que n\u00e3o exclusiva, do benefici\u00e1rio, exceto em situa\u00e7\u00f5es devidamente justificadas.</p> <p>i) Conservar os documentos relativos \u00e0 realiza\u00e7\u00e3o da opera\u00e7\u00e3o, sob a forma de documentos originais ou de c\u00f3pias autenticadas, em suporte digital, quando legalmente admiss\u00edvel, ou em papel, durante o prazo de tr\u00eas anos, a contar da data do encerramento ou da aceita\u00e7\u00e3o da Comiss\u00e3o Europeia sobre a declara\u00e7\u00e3o de encerramento do PDR, consoante a fase do encerramento da opera\u00e7\u00e3o tenha sido incluído, ou pelo prazo fixado na legisla\u00e7\u00e3o nacional aplic\u00e1vel ou na legisla\u00e7\u00e3o espec\u00edfica em mat\u00e9ria de aux\u00edlios de Estado, se estas fixarem prazo superior.</p> <p>j) Manter o registo da respetiva explora\u00e7\u00e3o no SIP at\u00e9 \u00e0 data da conclus\u00e3o da opera\u00e7\u00e3o, no caso dos apoios «Pequenos investimentos agr\u00edcolas» e «Diversifica\u00e7\u00e3o de atividades na explora\u00e7\u00e3o agr\u00edcola».</p> <p>k) Adquirir capacidade profissional adequada \u00e0 atividade a desenvolver, quando n\u00e3o a possua \u00e0 data de apresenta\u00e7\u00e3o da candidatura, no prazo m\u00e1ximo de 24 meses a contar da data de aceita\u00e7\u00e3o da concess\u00e3o do apoio ou at\u00e9 \u00e0 data de submiss\u00e3o do \u00faltimo pedido de pagamento, se essa ocorrer num prazo inferior, no caso do apoio «Diversifica\u00e7\u00e3o de atividades na explora\u00e7\u00e3o agr\u00edcola».</p> <p>l) Manter os postos de trabalho criados at\u00e9 ao termo do per\u00edodo de cinco anos contados a partir da data de aceita\u00e7\u00e3o da concess\u00e3o do apoio, ou at\u00e9 \u00e0 data da conclus\u00e3o da opera\u00e7\u00e3o, se esta ultrapassar os cinco anos, caso tenham beneficiado do disposto na al\u00ednea b) do n.º 1 dos artigos 18.º e 25.º ou da majora\u00e7\u00e3o prevista no anexo VIII da presente portaria.</p> <p>m) Permitir o acesso aos locais de realiza\u00e7\u00e3o das opera\u00e7\u00f5es e \u00e0queles onde se encontrem os elementos e documentos necess\u00e1rios ao acompanhamento e controlo do projeto aprovado.</p> <p>n) Dispor de um processo relativo \u00e0 opera\u00e7\u00e3o, preferencialmente em suporte digital, com toda a documenta\u00e7\u00e3o relacionada com a mesma devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transa\u00e7\u00f5es referentes \u00e0 opera\u00e7\u00e3o.</p> <p>o) Assegurar o fornecimento de elementos necess\u00e1rios \u00e0s atividades de monitoriza\u00e7\u00e3o e de avalia\u00e7\u00e3o das opera\u00e7\u00f5es e participar em processos de inquiri\u00e7\u00e3o relacionados com as mesmas.</p>	<p>das regras de contratos p\u00fablicos.</p> <p>Redu\u00e7\u00e3o dos pagamentos dos apoios, j\u00e1 realizados ou a realizar, numa percentagem de 5 %.</p> <p>Redu\u00e7\u00e3o dos pagamentos dos apoios, j\u00e1 realizados ou a realizar, numa percentagem de 5 % a 100 %.</p> <p>Redu\u00e7\u00e3o dos pagamentos dos apoios, j\u00e1 realizados ou a realizar, numa percentagem de 5 % a 100 %.</p> <p>Exclus\u00e3o dos pagamentos dos apoios, j\u00e1 realizados, relativos aos investimentos onerados ou alienados.</p> <p>Exclus\u00e3o dos pagamentos dos apoios j\u00e1 realizados, relativos aos investimentos pagos por conta que n\u00e3o a conta \u00fanica e n\u00e3o exclusiva, em situa\u00e7\u00f5es n\u00e3o devidamente justificadas (*).</p> <p>Redu\u00e7\u00e3o dos pagamentos dos apoios, j\u00e1 realizados ou a realizar, numa percentagem de 2 % a 100 %.</p> <p>Redu\u00e7\u00e3o dos pagamentos dos apoios, j\u00e1 realizados ou a realizar, numa percentagem de 5 % a 100 %.</p> <p>Redu\u00e7\u00e3o dos pagamentos dos apoios, j\u00e1 realizados ou a realizar, numa percentagem de 5 % a 100 %.</p> <p>Redu\u00e7\u00e3o dos pagamentos dos apoios, j\u00e1 realizados ou a realizar, numa percentagem de 5 % a 100 %.</p> <p>Exclus\u00e3o dos pagamentos dos apoios, j\u00e1 realizados ou a realizar.</p> <p>Redu\u00e7\u00e3o dos pagamentos dos apoios, j\u00e1 realizados ou a realizar, numa percentagem de 2 % a 100 %.</p> <p>Redu\u00e7\u00e3o dos pagamentos dos apoios, j\u00e1 realizados ou a realizar, numa percentagem de 2 % a 100 %.</p>
---	--

(*) Na a\u00e7\u00e3o do n.º 3 do artigo 35.º do Regulamento Delegado (UE) n.º 640/2014, da Comiss\u00e3o, de 11 de mar\u00e7o de 2014.

2. O disposto no n\u00famero anterior n\u00e3o prejudica, designadamente, a aplica\u00e7\u00e3o:

- Do mecanismo de suspens\u00e3o do apoio, previsto no artigo 36.º do Regulamento Delegado (UE) n.º 640/2014, da Comiss\u00e3o, de 11 de mar\u00e7o de 2014;
- Da exclus\u00e3o prevista, designadamente, nas al\u00edneas a) a f) do n.º 2 do artigo 64.º do Regulamento (UE) n.º 1306/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013;
- Dos n.os 1, 5 e 6 do artigo 35.º do Regulamento Delegado (UE) n.º 640/2014, da Comiss\u00e3o, de 11 de mar\u00e7o de 2014;
- Do artigo 63.º do Regulamento de Execu\u00e7\u00e3o (UE) n.º 809/2014, da Comiss\u00e3o, de 17 de julho de 2014;
- De outras comina\u00e7\u00f5es, designadamente de natureza penal, que ao caso couberem.

3 - A medida concreta das redu\u00e7\u00f5es previstas no n.º 1 \u00e9 determinada em fun\u00e7\u00e3o da gravidade, extens\u00e3o, dura\u00e7\u00e3o e recorr\u00eancia do incumprimento, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 35.º do Regulamento Delegado (UE) n.º 640/2014, da Comiss\u00e3o, de



11 de março de 2014, com base em grelha de ponderação, a divulgar no portal do PDR 2020, em www.pdr-2020.pt, e no portal do IFAP, em www.ifap.pt.